

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Invocando a proteção de Deus, em nome da sociedade mato-grossense, eu declaro aberta esta Sessão Ordinária.

Convido o Deputado Delegado Claudinei para assumir a 2ª Secretaria e imediatamente fazer a leitura da ata.

(O SR. DEPUTADO DELEGADO CLAUDINEI ASSUME A 2ª SECRETARIA E PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE JANEIRO DE 2021, ÀS 08H40MIN.).

O SR. 2º SECRETÁRIO (DELEGADO CLAUDINEI) - Lida a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Lida a ata, a coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram, contrários se manifestem. Aprovada a ata por unanimidade.

Convoco o Deputado Ulysses Moraes para assumir a 1ª Secretaria e fazer a leitura do Expediente.

(O DEPUTADO ULYSSES MORAES ASSUME A 1ª SECRETARIA.).

O SR. 1º SECRETÁRIO (ULYSSES MORAES) - Bom dia, Deputado Wilson Santos, Deputados e colegas que estão aqui no plenário já e os que já nos acompanhando pela *internet*.

Ofício nº 020, da Secretaria de Administração, Mensagem acompanhada pelo respectivo projeto de lei, que institui o Conselho Estadual de Direitos Humanos e dá outras providências.

É até bom verificar isso aqui depois para ver se não é mais um *jetom* do governo, não é Deputado Wilson Santos, esse aqui, verificar com calma depois.

Ofício nº 021, que também traz mais uma Mensagem da Secretaria de Administração, que institui a cobrança a título de ressarcimento pelo uso de equipamento de monitoramento eletrônico por preso provisório ou condenado; ofício nº 022, também da SAAD, que traz outra Mensagem do Poder Executivo, que dispõe sobre o ITCD Imposto Causa da Morte e Doação; também ofício nº 023, também da SAAD, que encaminha Mensagem que institui a cobrança de pedágio nas rodovias estaduais, altera a Lei nº 8.620.

Ofícios nºs 57, 58, 59 e 60/2021, da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer; Ofícios nºs 17, 19, 24, 91, 160, 205/2021 e 91/2020, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente; Ofícios nºs 55, 65, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109/2021 e 633, 634 e 1.025/2020, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística; Ofícios nºs 71, 73, 75, 77, 79, 81, 85, 87, 89, 93, 94, 95, 98, 100, 102, 104,

106, 108, 110,112, 114, 116, 118, 120, 122, 124, 126, 129, 131, 134, 136, 138 e 140/2021, da Secretaria de Estado de Saúde; Ofícios n°s 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 652, 653 e 654/2021, da Casa Civil; Ofícios n°s 877 e 878/2021, do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso; Ofícios n°s 430 e 472/2021, da Secretaria de Estado de Educação; Ofício n° 001/2021, da Associação dos Analistas Jurídicos do Poder Judiciário de Mato Grosso; Ofícios n°s 64, 65 e 66/2021, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania; Ofício n° 05/2021, do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros; Ofícios n°s 91 e 92/2021, do Comando-Geral da Polícia Militar; Memorandos n°s 24 e 30/2021, do gabinete do Deputado Elizeu Nascimento; Memorando n° 22/2021, do gabinete do Deputado Xuxu Dal Molin; Ofício n° 174/2021, da Secretaria de Estado de Administração, encaminhando Veto Integral apostado ao Projeto de Lei n° 84/2020; Ofício n° 175/2021, da Secretaria de Estado de Administração, encaminhando Veto Integral apostado ao Projeto de Lei n° 1.235/2019; Ofício n° 176/2021, da Secretaria de Estado de Administração, encaminhando Veto Integral apostado ao Projeto de Lei Complementar n° 61/2019; Ofício n° 177/2021, da Secretaria de Estado de Administração, encaminhando Veto Integral apostado ao Projeto de Lei Complementar n° 37/2019.

Não há nada mais a ser lido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Obrigado, Deputado Ulysses Moraes.

O Deputado Claudinei é o primeiro inscrito no Pequeno Expediente, depois Deputado Wilson Santos.

Por gentileza, os Deputados que estão *on-line*, favor se inscreverem.

Com a palavra, o Deputado Delegado Claudinei.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Bom dia, Presidente, colegas Deputados, sociedade de Mato Grosso que nos acompanha.

Pessoal que nos acompanha aqui nas galerias, acredito que, se não todos, quase 100% de servidores públicos que têm mandado mensagem para todos os Deputados pedindo apoio para a derrubada do veto e reconhecimento ao relevante interesse social da Empaer.

Pessoal do Poder Judiciário, eu acho que... A nossa luta também pelo RGA dos servidores públicos do Executivo, desde 2017 em atraso, mas nós não podemos, a Assembleia não pode, tolher e impedir o RGA constitucional e legal dos servidores do judiciário.

Têm todo o nosso apoio e vamos buscar também o reconhecimento do RGA do Poder Executivo.

Também para derrubar o veto do confisco dos aposentados e pensionistas, os 14%.

Então, eu peço o apoio já a todos os Deputados para a gente derrubar esse veto e que seja respeitado o limite do INSS para aposentados e pensionistas do estado de Mato Grosso.

Falo rapidinho, Deputado Wilson Santos, de demandas de outros municípios, ex-vereador Valdemar, conhecido como Capitão, de Matupá, pede a necessidade de renovar o armamento da Polícia Civil e militar de Matupá.

Obrigado, ex-vereador Capitão.

Uma demanda do investigador de polícia Gilmar Cláudio de Sousa, representando todos os policiais civis de Barra do Garças, da necessidade de disponibilizar armas com calibre 9 milímetros, Glock, para atender a Polícia Civil de Barra do Garças.

Moção de aplausos para o Padre Wender Sousa Santos, do município de Poxoréo.

O ex-vereador Gato, de Dom Aquino, pede médico perito para atender a agência do INSS do polo de Jaciara, para adiantar os atendimentos, principalmente dos aposentados.

Carlos Alberto, comunicador de rádio de Juína, nos trouxe duas demandas: realização de operação tapa-buracos na rodovia MT-170, entre Juína e Castanheira; e realizar a aquisição de etilômetro, popular bafômetro, para a Polícia Civil de Juína. Essa é uma demanda antiga também.

Sr. Presidente, são essas as nossas indicações mais importantes para hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Deputado Claudinei.

Próximo inscrito, o Deputado Paulo Araújo.

Deputado Paulo Araújo, inscrito no Pequeno Expediente, pode falar.

O SR. PAULO ARAÚJO - Muito bom dia a todos.

Faço um cumprimento especial a todos em nome do nosso amigo Deputado Wilson, que preside a Sessão, em especial os servidores públicos do Estado do Mato Grosso.

Hoje nós temos vários vetos para serem votados pelos nobres Deputados e eu peço a atenção a dois vetos, um de autoria minha e do Deputado Dr. João, que remanejou recursos de uma dotação orçamentária no valor de R\$ 10 milhões para a implantação de hospital regional em Tangará e em Juína. O motivo seria de interesse público, falta de interesse público.

Eu gostaria, desde já, de pedir a derrubada do veto, porque o interesse público do governador, inclusive já falado pelo governador, da instalação dessas unidades hospitalares, tanto em Tangará da Serra quanto em Juína e outra no norte do Araguaia, possivelmente em Confresa.

Eu acredito que o governador não tenha tempo nem de ler os vetos, que seja mais técnico, mas ele contempla a necessidade do Poder Público de fazer essas duas unidades hospitalares, tanto em Tangará, quanto em Juína.

A nossa intenção, minha e o Deputado doutor João, e eu sei que será compartilhada com todos os Deputados, é garantir a rubrica orçamentária para que o Estado possa, já que está no planejamento do governo de Estado, realizar essas duas importantes obras na única região que não tem unidade hospitalar administrada pelo estado, que é a região de Tangará e Juína, inclusive estive lá, Aripuanã, Brasnorte, Juína, e vi a dificuldade que a região para ter um atendimento humanizado, inclusive dada pela gestão que vem sendo implementada pelo secretário estadual de saúde Gilberto. As unidades hospitalares do Estado estão *ok* e recuperando a sua capacidade.

Outra atenção especial também, daí eu digo para todos os servidores públicos do Estado de Mato Grosso, eu também sou servidor público de Mato Grosso, tenho recebido várias mensagens dos companheiros e tem dito, desde o primeiro momento, servidor público, conte com o Deputado Paulo Araújo, qualquer situação.

Eu sou servidor público, sou da bancada que defende o serviço público e quero estender meu compromisso a todos os companheiros servidores públicos do Estado.

Parabenizo todos os servidores públicos do Estado.

Vamos que vamos, que a construção do projeto é no coletivo pelos servidores públicos do Estado do Mato Grosso.

Podem contar conosco.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Deputado Paulo Araújo, que tem sempre a mesma posição em relação aos servidores - coerência.

Próximo inscrito, o Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA - Bom dia, Presidente Wilson Santos, Deputados, Deputada Janaina.

Desejo as boas-vindas aos servidores que se encontram na Casa, e a algumas lideranças políticas do interior que desde cedo já visitaram os gabinetes.

Primeiro, reafirmo o nosso compromisso com relação ao PLC nº 36, com relação à manutenção da Empaer e com relação ao RGA do judiciário.

Tenho passado nossa opinião a respeito dessas pautas, que entendemos serem de suma importância, a manutenção daquilo que foi votado aqui e a derrubada do veto do governo.

Eu acredito que há campo fértil neste momento para fazermos essa derrubada.

Mas, Presidente, quero aqui apresentar requerimento de informações acerca de informações veiculadas nas mídias sobre o desaparecimento de Robson Farias dos Santos. Esse é um pedido de populares de Cáceres, do caso em que sumiu

um cidadão lá e estamos pedindo para que o comando geral da Polícia Militar possa se pronunciar junto com o comando regional, para que a sociedade possa saber o que aconteceu.

Também fazemos uma indicação da necessidade de convocação e nomeação dos aprovados no concurso público da Politec. Ainda temos alguns aprovados que não foram convocados.

Na semana passada estivemos junto com o presidente da Comissão de Segurança pública, com o governador, apresentando estudo que a comissão fez ao longo do ano passado, principalmente da questão de efetivo na segurança pública - isso feito por meio da Comissão de Segurança pública.

Também indico a necessidade de ambulância para São José dos Quatro Marcos.

Indica a urgente necessidade de adquirir soro antiofídico para as unidades de saúde do Estado, face a falta em vários municípios do Estado.

Indica a necessidade urgente de medidas para solucionar a falta de medicamentos para o tratamento de hanseníase em Mato Grosso.

Nós da polícia penal já perdemos colegas do sistema penitenciário, que hoje é considerado um dos bolsões dessas doenças.

Também indica a necessidade de disponibilizar veículo para a Empaer de Nortelândia. Pedido principalmente dos agricultores familiares.

Indica a necessidade de viabilizar a doação de cestas básicas para o grupo Fazer o Bem, por meio do programa do governo Vem Ser Mais Solidário, que tem distribuído cestas básicas a várias regiões.

Indica a necessidade de criação e implantação de um programa de apoio ao desenvolvimento das pequenas e microempresas de desenvolvimento de produção industrial na bacia do Rio Cuiabá.

Também a urgente necessidade da reforma da escola estadual Santa Cláudia, localizada no distrito de Mimoso, em Santo Antônio do Leverger.

Ainda a necessidade de disponibilizar computadores e projetos multimídias para atender a escola estadual São Lourenço, em Dom Aquino.

Necessidade de reforma da quadra poliesportiva da escola estadual São Lourenço, localizada no município de Dom Aquino.

Manutenção do complexo turístico e histórico de Mimoso, mais conhecido como Memorial Rondon, em Santo Antônio de Leverger, podendo inclusive utilizar mão-de-obra dos presos para fazer esse trabalho de reforma e limpeza.

Indica ainda a necessidade de recapeamento, operação tapa-buracos e sinalização da MT-235, no trecho eu liga Sapezal a Campo Novo do Parecis.

Necessidade de recapeamento das MTs 040 e 361, no trecho que liga o município de Cuiabá ao município de Barão de Melgaço.

Necessidade de pavimentação asfáltica da MT-402, no trecho que liga o Coxipó do Ouro ao Jardim Guarama.

Necessidade de pavimentação da MT-030, no trecho que liga a Avenida dos Trabalhadores à Ponte de Ferro, até a MT-402, do distrito do Coxipó do Ouro.

E eu quero apresentar aqui, Presidente, uma moção de aplausos à Máxima Assessoria Controle e Prevenção de Incêndios.

Nessa tragédia que tivemos no ano passado dos incêndios principalmente da região do Pantanal, a Máxima é uma empresa que treina bombeiros civis e ela utilizou todo o corpo de alunos nesse período, inclusive para combater incêndios, principalmente urbanos.

Acompanhei o trabalho deles, algo voluntário, não tiveram estrutura estatal, só com doações de empresários e sociedade civil organizada.

Precisamos incentivar esse tipo de ação. Por isso apresento essa moção de aplausos à empresa Máxima, e ao Antenor, que é um guerreiro que conhecemos de muitos anos.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Deputado João.

Eu vou dar uma boa notícia ao senhor, Deputado: o governo acaba de protocolar aqui na Casa uma mensagem que propõe a cobrança dos detentos, ou não, pelo uso da tornozeleira eletrônica.

Eu sei que é uma luta antiga de vossa excelência.

Acabou de ser lida aqui a mensagem do governo. O governo vai cobrar agora de quem usa a tornozeleira eletrônica. *Ok?*

Registro a presença do colega professor Valdeir Pereira, presidente do maior sindicato de trabalhadores de todo o Estado de Mato Grosso, o Sintep; de Gilmar Bruneto, popular Gauchinho, vice-presidente e fundador do sindicato da Empaer, está lá desde 1964, quando era Carmat; a presença de Jaime Osmar Rodrigues, presidente do sindicato dos servidores do Tribunal de Justiça do Poder Judiciário.

Sejam todos bem-vindos.

Próximo inscrito, o Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados.

Eu quero aqui cumprimentar a todos os servidores públicos nesta manhã e reforçar o nosso compromisso com os servidores públicos do estado do Mato Grosso.

Desde quando nós assumimos o mandato, fizemos o compromisso de estar em defesa do servidor público de Mato Grosso, o que provamos em todas as nossas votações nesta Casa.

Hoje, sem dúvida, não será diferente, vamos manter o nosso compromisso com todos os servidores do Estado de Mato Grosso.

Eu sei que cada Deputado aqui tem uma bandeira. Eu tenho defendido nesta Casa a educação, os nossos professores, a agricultura familiar - cumprimento o colega e amigo Gauchinho - e os servidores públicos, que, sem dúvidas, são os que carregam, são os principais responsáveis pelo desenvolvimento e progresso do nosso Estado.

Então, fica aqui o nosso compromisso com todos os servidores do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, estou apresentando aqui dois requerimentos para a Secretaria de Segurança Pública questionando o fechamento da Politec no município de Dom Aquino e também no município de Jaciara.

O vereador Ivaneis nos fez esse pedido e eu vou reforçar para que o governo do Estado possa reabrir essas duas unidades da Politec, que são de fundamental importância para atender a população do Vale do São Lourenço.

Hoje, com o fechamento, para fazer uma identidade, um RG, tem que se deslocar para Cuiabá ou Rondonópolis.

Também apresentar uma indicação para a aquisição de caixa d'água de 40 mil litros para moradores do distrito de Nova Poxoréo, no município de Poxoréo, para a aquisição de uma patrulha mecanizada para a agricultura familiar de Primavera do Leste, pedido do vereador presidente da Câmara, Manoel Mazute.

E também a conclusão da pavimentação asfáltica da MT-130, no município de Paranatinga até a BR-242.

E, por último, apresentar requerimento de informações à Secretaria de Educação sobre as políticas que o governo do Estado está desenvolvendo para combater o analfabetismo no Estado de Mato Grosso.

Vimos, com muita felicidade, que no ano passado o nosso Estado cresceu 12%. A nossa receita corrente líquida aumentou mais de 5% e também o governo anunciou que 16% da receita corrente líquida deste ano será aplicada para investimento.

Isso é um grande avanço.

Só temos a parabenizar toda a equipe do governo por esse trabalho de estar colocando o Estado de Mato Grosso de volta nos trilhos do desenvolvimento econômico, mas estamos muito preocupados ainda com os índices educacionais, porque o analfabetismo cresceu nesses últimos, o nosso Ideb está abaixo da média nacional, ainda mais neste momento de pandemia, nesse novo sistema de ensino à distância, a nossa preocupação é agravar mais ainda, alunos fora da sala de aula e principalmente o analfabetismo no Estado do Mato Grosso.

Precisamos de uma política séria, uma política de emergência, para combater o analfabetismo e criar mecanismo e investimentos de forma urgente para

que o aluno possa continuar na sala de aula e melhorarmos gradativamente os índices do Ideb de Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Deputado Thiago.

Registro a presença do vereador Elvis Lacerda, de Nova Maringá, e do Deputado Henrique Lopes, suplente Deputado estadual e presidente da Cut.

Eu quero dizer ao Deputado Henrique que o regimento interno da Casa permite que Vossa Excelência frequente o Plenário, desde que paramentado adequadamente. Vossa Excelência tem liberdade para adentrar neste plenário.

Próximo inscrito, o Deputado Wilson Santos.

Eu vou pedir que o Deputado doutor João assuma aqui a presidência para que eu posso ler as minhas...

(O SR. DEPUTADO DR. JOÃO ASSUME A PRESIDÊNCIA.).

O SR. WILSON SANTOS - Sr. Presidente, eu apresento aqui alguns trabalhos.

O primeiro é uma emenda à Constituição do Estado, que proíbe, de maneira definitiva, a reeleição do presidente e primeiro-secretário desta Casa para o biênio seguinte em uma mesma legislatura.

Já estou com as assinaturas devidamente colhidas, espero que esta matéria possa receber trâmite sumário e possamos por um ponto final e definitivo nessa questão.

Apresento um projeto de lei que denomina escola cívico-militar professor Natalino Ferreira Mendes a nova escola militar do município de Cáceres.

Gerou uma polêmica enorme esse assunto lá esta semana.

Eu faço também um projeto de lei que dispõe sobre alterações na lei nº 11.273/2020, recente lei, de 2020, que regulamenta o funcionamento, criação ou transformação, no âmbito da PM, das escolas estaduais da Polícia Militar de Tiradentes, e no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar das escolas estaduais.

Eu combinei com o autor da lei, o Deputado Silvio Fávero, porque a lei autoriza mudar o nome da escola e colocar o nome de um policial.

Não temos nada contra policial ser nome de escola. Aqui em Mato Grosso tem a Presidente Médice - não tem problema -; Rondon, que foi General, Marechal, não tem problema. Agora, é uma confusão e um desrespeito à história. Então, estou propondo retirar, revogar, um parágrafo do artigo dessa lei e combinei com o Deputado Silvio Fávero, que concordou, para evitar mais confusões Mato Grosso afora.

Se alguém denomina uma escola é porque fez alguma coisa para estar ali.

Como diz Jorge Aragão: "respeite quem chegou aonde chegou".

O professor Natalino Ferreira Mendes foi membro da academia mato-grossense de letras, um dos maiores historiadores de Cáceres, venerado de ponta a ponta. Não tiram o nome dele para colocar o nome de um cabo.

Não tenho nada contra cabo, sargento, general, eu até sou tenente da reserva do Exército. Não tenho nada contra. Mas tirar o nome de um monstro sagrado da história e da cultura de Cáceres para colocar o nome de um outro, não podemos admitir. Então, o caminho é esse aqui.

Projeto de lei complementar, Sr. Presidente.

Também apresento moção de aplausos aqui para o hospital do câncer, 22 anos salvando vidas e amenizando sofrimentos.

Faço requerimentos aqui, vários requerimentos, e indicações ao senhor governador Mauro Mendes Ferreira, ao secretário Gilberto, para a urgente e imprescindível necessidade de instituir a política estadual de emprego apoiado para pessoas com deficiência.

Esse é um trabalho importante a nível nacional.

Projeto de lei que insere a cobertura de vacina contra a Covid como obrigação dos planos de seguro privado e assistência à saúde no âmbito de Mato Grosso.

(O SR. DEPUTADO EDUARDO BOTELHO ASSUME A PRESIDÊNCIA.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Que os planos de saúde sejam obrigados, Sr. Presidente, a garantir também a cobertura da vacina.

Moção de aplausos aqui ao Cuiabá futebol clube, que pôs a autoestima de todos nós lá em cima, um time-empresa eficiente, planejado, sério, que já goza de prestígio e respeito nacional.

O Cuiabá está na elite do futebol brasileiro.

Moção de aplausos também, Sr. Presidente, ao ex-Deputado Maksud Leite e à ex-prefeita Lucimar Campos, pela entrega do parque ambiental Bernardo Berneck, em Várzea Grande.

Indicação à Srª Maurem. Essa indicação eu vou transformar em projeto de lei. Eu pretendo transformar a MT-040, no trecho que corta o Pantanal, em estrada parque, e também algumas estradas vicinais de Barão de Melgaço, para proteger as lagoas sinhá Mariana e Xacororé definitivamente.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado artilheiro Silvio Fávero.

Em tempo, cumprimento aqui as pessoas que estão nos visitando, cumprimento a todos que estão aqui acompanhando a Sessão, que estão nas galerias, que fazem parte dos sindicatos.

Cumprimento o Valdir Pereira, presidente do Sintep Mato Grosso; Gilmar, vice-presidente do sindicato da Empaer; Jaime Rodrigues, Pedro cloto, presidente do Sintep Mato Grosso, vereador Jeferson Lordano, primeiro-secretário da Câmara Municipal de nova Maringá, vereador Edimar Marques leite, vice-presidente da Câmara Municipal de nova Maringá; Clóvis Cassol, vereador da Câmara Municipal de nova Maringá; Henrique Lopes, nosso colega e amigo Deputado Henrique, também está aqui, foi Deputado estadual, esteve conosco aqui e está naS galerias; cumprimento o Henrique, também o vereador Elvis Lacerda, de Nova Maringá; e os vereadores de Sapezal Joilson, Ailton, Márcio Luiz e Paulo Amigo, todos de Sapezal.

Deputado artilheiro Sílvio Fávero.

O SR. SILVIO FÁVERO - Sr. Presidente, senhores Deputados, pessoal que nos assiste pela TV e Rádio Assembleia e aqui no plenário.

Eu venho aqui hoje indagar o Detran.

É inadmissível esta Casa de Leis concordar com o diretor. Ele não está cumprindo as leis que esta Assembleia fez. Vou dar um pequeno exemplo do Veículo Legal. Esta Casa de Leis aprovou meu projeto. Hoje estão tendo algumas blitzes e ele não está aceitando o parcelamento em 12 vezes no cartão de crédito para que naquele momento o contribuinte tenha a oportunidade de pagar o IPVA atrasado e a multa, para evitar o guincho, a multa e a estadia lá no estacionamento do Detran.

Ora, se estamos fazendo leis, Sr. Presidente, para o Detran não cumprir, temos que fechar esta Casa de Leis, porque é uma lei. Se é uma lei e não cumpre, tem alguma coisa errada. Ou a Assembleia tem que tomar alguma providência dele, ou não temos o que fazer aqui.

Eu já comentei com Vossa Excelência a respeito, não só desse projeto de lei, mas têm outros projetos de lei que os Deputados andam fazendo e não estão servindo para nada. Então, se não estão servindo para nada, o que estamos fazendo aqui?

Eu não tenho nem o que falar mais, Sr. Presidente. Eu só vou fazer essa pergunta: se não for para cumprir as leis que nós estamos criando aqui, que vão ao encontro da população mato-grossense, eu acho que pode fechar esta Casa.

Seria isso, presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu sugiro ao senhor que faça uma convocação desse diretor do DETRAN, porque a reclamação do DETRAN é muito grande.

Existe a reclamação das autoescolas de que existe um diretor do Detran que os está tratando inclusive com ameaças. Eles dizem que está pior que o tempo em que tinha delegado que atendia as pessoas com armas lá. Então, eu acho que tem que fazer uma convocação desses diretores do Detran, porque realmente não dá pra tratar o consumidor, tratar quem trabalha, dessa forma.

Já falei para o Deputado Dilmar, para o secretário Mauro Carvalho e para o governador Mauro Mendes.

Tem que chamar essa diretoria aqui para explicar isso. As reclamações são grandes com relação ao atendimento e a truculência de um diretor que existe lá, não sei se é diretor de habilitação, ou do que é, mas tem um diretor lá que vem usando de truculência para com os empresários de autoescola e eles têm sofrido nas mãos deles lá.

O SR. SILVIO FÁVERO - Corretíssimo, senhor presidente. É exatamente isso.

Mas não só isso, tem mais coisas importantes.

Eu vou dar um exemplo de Lucas do Rio Verde, ou Tangará da Serra, doutor João, que não têm base do Detran, que ficam seis, sete, oito meses para poder tirar uma carteira de motociclista.

O cara tem que trabalhar! Isso não existe!

Um Estado tão rico, que só neste ano está com previsão de superávit de R\$ 2 bilhões para o cofre do Estado, que a soja foi para R\$154,00, quando era R\$70,00 no ano passado.

Fala-se que é um Estado rico e eu não vejo a coisa acontecer.

Reclamações dos hospitais... Eu conversei com o hospital de Sinop, o Santo Antônio, faz três meses que o governo não paga.

O pessoal de Cáceres me procurou, três meses também.

Eu gostaria que o senhor Gilberto viesse aqui - ele tinha marcado para vir aqui -, faz três meses que não paga e fala que está tudo em dia.

Então, tem que saber quem está mentindo: ou é o hospital que está mentindo, ou é o governo do Estado que está mentindo.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dr. João.

Depois dele... Aqui está: Dr. João, Faissal, Xuxu Dal Molin, Lúdio e Avallone.

O SR. DR. JOÃO - Sr. Presidente, caros colegas, funcionários da Casa, imprensa que nos assiste, rádio e TV, funcionários públicos em geral, é um grande prazer tê-los conosco.

Acreditamos que hoje seja um dia histórico para vocês: vocês vão sair daqui, esperamos, muito felizes.

Bom dia a todos! Que Deus nos acompanhe nesta jornada histórica de hoje.

Sr. Presidente, eu queria apresentar um projeto de lei complementar. Eu acho que é coincidência, eu já tinha feito isso antes, que garante aos professores readaptados o direito à aposentadoria especial de magistério.

Um projeto de lei complementar que modifica o inciso III do art. 18 da Lei Complementar nº 600, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e do inciso VI do Art. 229 da Constituição Estadual.

Isso aqui fala sobre o seguinte, muitos professores contratados em várias cidades do interior, depois que vence o contrato, têm que ficar um ano sem poder continuar trabalhando e sabemos que muitas cidades do interior do Estado, cidades longe, não é fácil arrumar um professor de química, professor de física, de biologia. Então, é muito difícil isso.

Então, queremos que mude, que ele possa ser reconduzido ao seu cargo de professor.

Um projeto de lei que dispõe sobre a política estadual de segurança alimentar e nutricional, que organize o sistema nacional de segurança alimentar no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade - este projeto é muito importante - nos estabelecimentos de hospitalização ou estabelecimentos de assistência médica, público ou privado, da presença de um diretor técnico.

Conversando, Sr. Presidente, com a presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso, um grande número de serviços, Faissal, não tem diretor técnico. O diretor técnico é o responsável pelo hospital. Tanto serviços públicos, como serviços privados, policlínicas, não têm... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado.

O SR. DR. JOÃO - Obrigado, presidente.

Então, é um projeto...

Deputado Lúdio, o senhor sabia que 80% dos estabelecimentos públicos e privados da área de saúde não têm diretor técnico?

Estamos fazendo um projeto, inclusive vou colocar colocar na nossa Comissão de Saúde, para ter obrigatoriedade sobre isso. Está ok?

Sr. Presidente, tinha mais algumas coisas, mas o tempo hoje urge. Então, por hoje é só.

Muito obrigado.

Um abraço a todos e fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Faissal.

O SR. FAISSAL - Bom dia a todos.

Sr. Presidente, nobres pares, todos que nos acompanham dessas galerias, aposentados, funcionários da Empaer, funcionários do Tribunal de Justiça, os

vereadores também que aqui estão, Joelson, Ailton, , de Sapezal - mande um abraço para o prefeito Valcir, um dos melhores prefeitos do Estado de Mato Grosso.

Enfim, Sr. Presidente, estou fazendo uma indicação ao nosso secretário estadual de saúde para que o governador faça um mutirão de cirurgias eletivas.

A nossa população está sofrendo com a falta de cirurgias, como de catarata, hérnia, vesícula e pedra nos rins.

Infelizmente, todas foram suspensas na COVID-19 no ano passado e até agora não foram retomadas. A fila está grande e o governo precisa agir. O povo está sofrendo.

Essa é uma reivindicação das vereadoras Neide e Sandra, de Tangará da Serra, que nos deram essa ideia.

Eu acho que o governo do Estado do Mato Grosso tem que começar a trabalhar mais pela nossa saúde, a saúde da população do nosso Estado.

Sr. Presidente, também fazer um requerimento pedindo informações ao Intermat.

Infelizmente, o Intermat não anda. Faltam funcionários, faltam técnicos - certo? - e para tirar uma certidão demora um ano. Olha que absurdo!

Mato Grosso, a potência que é na área agrícola e rural, tem um órgão que não caminha ao lado do produtor.

Imaginem o tanto que estamos perdendo com um órgão inoperante.

Amanhã estarei lá conversando com o Serafim, mas eu peço o apoio do senhor, Presidente, para que mande mais subsídios para o Intermat para realizar seus trabalhos.

Além disso, peço o apoio de todos os Deputados para que façamos uma CPI do Pantanal.

Primeiro, nós temos que começar a investigar a fundo a degradação da Bahia de Chacororé e Bahia Siá-Mariana, que são o coração do Pantanal.

Além disso, também as queimadas - sofremos tanto com as queimadas -, estruturar a Defesa Civil, e precisamos agir agora, precisamos ter estratégia. Prevenção é o melhor caminho.

Não adianta chegar na hora da seca, começar a queimar tudo, aquele desespero para todo lado e começarmos a sofrer com as queimadas. Não vamos errar novamente. Então, essa CPI é de grande valia e eu peço o apoio de todos os Deputados.

Para finalizar, quero chamar a atenção do nosso Governador em relação à ausência de políticas públicas voltadas para a causa animal.

Em todo o Estado, em todos os municípios, onde eu caminho, eu vejo cachorros com pata quebrada caminhando pelas ruas, sofrendo, não tem um veterinário para dar subsídio, as prefeituras não dão subsídio, controle de zootecnia não existe também.

Eu acho que o Estado poderia agir. Tem tanta gente que gosta de PET e infelizmente não temos um reflexo do Poder Público com relação a isso.

Então, eu peço que o nosso governo haja. Precisamos de pessoas que trabalhem.

Muito obrigado. Tenham todos um bom dia!

Estamos juntos. Podem contar comigo. Fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Parabéns, Deputado Faissal.

Essa ideia dessa CPI é muito boa, é uma CPI do bem para investigar tudo que ocorreu e criar futuras... Inclusive subsidiar o que vamos fazer aqui na Assembleia, que é criar leis e o estatuto do Pantanal.

Então, o que o senhor vai fazer, tenho certeza, vai ajudar muito e terá o apoio de todos os Deputados que querem contribuir com o meio ambiente e com a bacia do Pantanal.

Próximo inscrito, o Deputado Carlos Avallone.

Desculpe-me. Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Muito bom dia, presidente, demais colegas, todos os servidores desta Casa. Aos que estão nos visitando aqui nas galerias, bem-vindos, aposentados.

Presidente, nós estamos encaminhando uma moção de aplausos à nossa valorosa Polícia Militar, que andou derrubando ladrões de boi na divisa com o Pará. Parabéns pelo trabalho. E estamos dando todo o apoio para cada policial civil e militar ter a sua pistola Glock até o ano que vem. Não é só a emenda, é uma política que toda a Assembleia está fazendo junto com o governo do Estado. É justo que cada um tenha a sua pistola. Estamos trabalhando junto com o comando, com a SESP e vai dar certo.

Também pedimos a manutenção do asfalto da MT-175, trecho que liga até o entroncamento do Cacho, na BR-174, no município de São José dos Quatro Marcos.

Também indico ao governo e ao secretário de Esportes aquisição de materiais esportivos para as escolas de Sinop, Nova Ubiratã, Canarana, Carlinda, Colíder, Conquista d'Oeste, Dom Aquino, Feliz Natal, Poxoréo, Colniza e Curvelândia.

Também estamos encaminhando, indicando a construção de pontes no município de Brasnorte; também na comunidade de Boa Esperança, São José, no município de Cáceres, a pedido da nossa vereadora Valdenira; aparelho de tomografia computadorizada para Cáceres; usinas de oxigênio para os hospitais regionais do Estado.

Nós temos condições de implantar as próprias usinas para produzir o oxigênio para cada unidade regional do nosso Estado. Acredito que isso vai dar certo.

Também estamos encaminhando, indicando, um anteprojeto de código de processo administrativo do Estado - e quero parabenizar a nossa equipe do gabinete nº 115.

Também estamos indicando ao diretor geral da Polícia Rodoviária a implantação de uma delegacia na BR-364, no município de Campo Novo do Parecis; recuperação e uma capa asfáltica na MT-235, de Campo Novo a Sapezal - estive lá ontem.

Também estamos indicando a duplicação da MT-240, trecho que liga a cidade de Diamantino até Novo Diamantino, são dois quilômetros, onde pessoas já perderam vidas. Ali nós temos o instituto técnico federal e é uma obra que o governo tem condições de fazer e dar mais segurança para a população de Diamantino e para quem usa aquela importante rodovia.

Também estamos indicando a manutenção e uma patrulha mecanizada, ou do Estado, ou que coloque o 9º Bec.

Estive em Gaúcha do Norte no domingo e é um desastre aquela estrada.

De Santiago do Norte até Gaúcha do Norte, Deputados, está intrafegável e começou a produção... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Uma rodovia que tem somente 40 anos e ainda tem pontes de madeira, pessoas trabalhando, servidores públicos, gente vivendo, alunos. Então, pedimos ao governo do Estado e ao governo federal, porque é a BR-242, e vamos trabalhar agora, se Deus quiser, para pavimentar.

A questão indígena está sendo superada, a ambiental já foi feita parte dessa rodovia.

Também estamos encaminhando um projeto de lei sobre combate à corrupção e *compliance* nas esferas do Poder Público do Mato Grosso. Isso é muito importante.

E também um projeto que cria o cadastro estadual de processos coletivos e do cadastro estadual de inquéritos civis e compromissos de ajustamento de conduta.

Aproveitando que temos vários sindicalistas aqui, vamos apoiar a reforma administrativa agora no Brasil, para que não tenhamos mais que ver pessoas aposentadas ter que se humilhar para manter a sua dignidade...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Carlos Avallone.

Depois Lúdio Cabral e vamos encerrar o Pequeno Expediente.

O SR. CARLOS AVALLONE - Sr. Presidente, senhores Deputados, gostaria de cumprimentar aqui os funcionários da Empaer, que precisam do apoio desta Casa, precisam do apoio também do governo do Estado, para pensar na agricultura familiar.

Eu quero cumprimentar aqui todos os aposentados que estão aqui.

Espero que a turma de Rondonópolis tenha chegado. Chegaram a tempo?

Também o pessoal do judiciário aqui presente. Um grande abraço a todos vocês.

Eu quero dizer que eu estou encaminhando aqui para concedermos a Medalha de Honra ao Mérito Esportivo João Batista Jaud ao Cuiabá Esporte Clube na pessoa do seu presidente Alexandre Dresch.

O fato de estarmos na primeira divisão é muito importante para o Estado de Mato Grosso, para o turismo, vai movimentar o Estado todo, é um momento importantíssimo e temos que dar o devido crédito.

Estou pedindo Sessão Solene também no dia 8 de março para que façamos a entrega dessa honraria e convido a todos os Deputados.

O Deputado João Batista e outro Deputado também estão concedendo moções de aplausos aos jogadores do Cuiabá e à diretoria e poderíamos nessa Sessão Solene, que provavelmente terá que ser virtual, fazer a entrega de forma virtual e presencial a alguns que poderão participar, faríamos tudo em conjunto.

Peço aqui ao líder do governo, eu falei nesta Casa, o Deputado Lúdio também falou, sobre a questão da dobra do teto. Setecentos funcionários aposentados do Estado de Mato Grosso foram surpreendidos com desconto de R\$900,00. Parte dessas pessoas estavam internadas em Barretos, em outros hospitais do câncer, em tratamento de saúde, e será uma tremenda sacanagem se não revertemos isso.

Precisamos fazer essa reversão rápida e com data retroativa, se possível for.

Então, fica aqui o meu pedido ao presidente da Assembleia, Deputado Eduardo Botelho, principalmente ao líder, para que se manifestem sobre esse assunto.

Nós já temos aqui sinais de que precisamos recuperar a questão dos aposentados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Elizeu Nascimento.

Desculpe-me. O Elizeu estava inscrito, Lúdio. Posso deixar você para depois?

O Max também quer falar e depois você encerra, está bom?

O SR. SARGENTO ELIZEU NASCIMENTO - Bom dia a todos.

Deputados, imprensa, servidores públicos dos sindicatos que representam suas classes, tanto dos aposentados do Executivo como também os servidores judiciários.

Eu quero aqui já começar a minha fala, Presidente, confirmando o meu apoio aos servidores públicos.

Podem contar comigo. (PALMAS)

Sr. Presidente, venho hoje à tribuna fazer indicação ao governo do Estado para a inclusão de toda a força de segurança pública na primeira fase do plano de vacinação estadual, devido ao enfrentamento na linha de frente da pandemia do novo coronavírus; e a inclusão dos profissionais dos serviços essenciais, como caminhoneiros, motoristas de aplicativo, motoboys, atendentes de supermercados, farmácias, na quarta fase do plano de vacinação, que está prevista para os próximos meses.

Para a secretaria de agricultura familiar, indicamos a necessidade da aquisição de dois caminhões do tipo caçamba, direcionado para a agricultura familiar dos assentamentos Coatar e 30 de Novembro, ambos do município de Lucas do Rio Verde.

Para a Seduc indicamos a criação de Escola Estadual no bairro Alfredo de Castro, para o atendimento de cerca de 400 famílias no município de Rondonópolis.

Indicamos ainda também à Secretaria de Segurança Pública, a aquisição de motocicletas para o 1º pelotão de Polícia Militar do município de Vera e também da cidade de Cláudia, ambos componentes do 3º comando regional.

Cumprimento ainda aqui os vereadores da cidade de Sapezal, os três vereadores do PSL, partido que hoje estamos compondo, filiado, fazendo parte da executiva estadual, em nome do nosso presidente do PSL do município de Sapezal, nosso amigo Paulo.

Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

No mais é isso.

Agradeço a todos e, mais uma vez, reforço, servidores públicos, contem sempre com o Deputado sargento Elizeu Nascimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Max Russi e depois o Lúdio encerra. Está bom?

O SR. MAX RUSSI - Sr. Presidente, senhores Deputados, imprensa, servidores da Casa que nos auxiliam e nos ajudam, servidores do TJ, aposentados e também servidores da Empaer que fazem presença hoje nesta Casa de Leis.

Eu fiz uma indicação, Presidente, sobre a necessidade da Secretaria da Saúde elaborar nota técnica que inclua os agentes funerários do Estado nos grupos prioritários de vacinação contra a Covid e também que o Estado estude a

possibilidade, dentre as prioridades, priorizando os nosso idosos e o pessoal da saúde, porque alguns segmentos a nota técnica do Ministério da Saúde deixou muito aberto, realmente todos são prioridade, mas não tanto quanto o pessoal dos mercados, atendentes de mercado, que estão atendendo a população, os frentistas de postos, atendentes de farmácia, esse público que está muito exposto, mais exposto que uma boa parte da população e precisa ser olhada de forma diferente.

Hoje é um dia, Presidente, em que o senhor colocou na pauta de votação muitos vetos.

Ontem eu fiz uma fala de entendimento para estarmos... Não podemos esgotar o diálogo, mas tentar o diálogo a todo o momento. Depois, quando o senhor colocar os vetos, eu vou fazer uma fala para que possamos avançar uma proposta que possa ser algo concreto e efetivo para aqueles que estão nos mandando mensagens, nos cobrando e que possamos ter um ganho efetivo para os nossos aposentados e demais servidores.

No mais, Presidente, agradeço.

Depois vou fazer essa fala, na hora da votação dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*, Deputado. Na hora em que formos discutir o projeto, o senhor faz essa colocação.

Deputado Lúdio Cabral...

O SR. LÚDIO CABRAL - Primeiro, bom dia para todo mundo que está aqui presente hoje.

Presidente, a primeira coisa que eu quero colocar aqui, na forma de um requerimento oral, é para que a Mesa Diretora avalie a possibilidade de realizarmos mais uma sessão durante a semana, porque o volume de pautas para tratarmos a cada sessão e o tempo que temos para nos pronunciar é muito pequeno, diante de todos os problemas que estamos enfrentando.

Eu gostaria agora no Pequeno Expediente de tratar do estágio da curva epidêmica da Covid-19, de falar sobre a vacinação no nosso Estado, de falar sobre os vetos do governador do Estado à lei orçamentária que aprovamos aqui e ao veto vergonhoso dos recursos para a recuperação do Pantanal; gostaria de falar sobre a RGA do Poder Judiciário, de falar da situação dos aposentados e pensionistas do Estado, de falar de mais essa maldade do governo que quer agora cobrar contribuição previdenciária de aposentados que têm doença grave, que tem câncer terminal, que está hospitalizado, que está acamado, de uma hora para outra, havendo lei estadual que assegura esse direito, pegando carona na reforma da previdência Federal em um artigo dúbio da emenda constitucional da reforma da previdência que aprovamos, infelizmente, aqui na Assembleia Legislativa; gostaria de falar dos absurdos que o governador disse no dia 1º de fevereiro aqui na Assembleia Legislativa, quando se referiu à educação estadual.

Uma vergonha ter um governador do Estado no meio do mandato que fala os absurdos que falou sobre a educação aqui no Estado, o fechamento de escolas, a desobrigação do Estado em ofertar anos iniciais no ensino fundamental e o desmonte do EJA.

O aumento absurdo do número de alunos por turma nas escolas no meio de uma pandemia, quando o movimento deveria ter sido o contrário do governador; o drama mais uma vez dos professores interinos à margem da possibilidade de cumprir o seu dever, com escolas tendo turmas formadas, metade das turmas sem professor para dar aula e o Estado não contrata os professores interinos.

O decreto nº 723, Presidente, um requerimento oral também, precisamos colocar rapidamente na pauta o projeto de decreto legislativo apresentado pelo companheiro Henrique Lopes, quando esteve como Deputado, para que sustemos os efeitos desse decreto governamental nº 723, que é uma maldade contra a educação pública do Estado.

Estou inclusive hoje apresentando requerimento de audiência pública para que façamos o debate sobre os impactos desse decreto nº 723 na educação pública... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

Obrigado, Presidente.

Um tempo muito curto para tanta coisa.

Nós faremos no dia 24, por meio da Comissão de Educação da Assembleia, uma audiência pública com todos os atores envolvidos nessa pauta para debater os impactos do decreto nº 723 e que após essa audiência pública o senhor pautar o projeto de decreto legislativo apresentado pelo Deputado Henrique Lopes com o objetivo de sustar os efeitos desse decreto nº 723.

Estou apresentando também um requerimento - o governador fechou o hospital de Barra do Bugres no mês de maio com a promessa de que faria uma reforma rápida nessa unidade hospitalar e até hoje a reforma nem começou – e estou apresentando requerimento requerendo uma série de documentos em relação a esse processo.

Agora eu gostaria de fazer uma última fala rápida em relação ao PLC nº 36/2020.

Estamos prontos para votar o veto, Sr. Presidente. Agora, se houver por parte da bancada do governo um movimento no sentido de... Porque ouvi a fala do Deputado Max na imprensa hoje de que talvez haja algum tipo de possibilidade de diálogo e de acordo para uma proposta intermediária do governador. Já vivemos essa situação no mês de dezembro e infelizmente não veio – infelizmente não veio. Estamos prontos para votar a derrubada do veto ao PLC 36/2020, mas eu quero deixar muito claro aqui que da oposição aqui na assembleia não há obstáculo nenhum para a abertura de diálogo, mas o governo tem que se dispor de verdade a dialogar com a

Assembleia Legislativa e apresentar uma proposta intermediária que seja aceitável, que não seja vergonhosa, como foi a proposta que fez no mês de dezembro.

E, Deputado Botelho, só para finalizar, nós não podemos, eu insisti muito nisso quando votamos a reforma da previdência, que nós íamos descobrir as maldades dessa reforma à medida que o tempo fosse passando e hoje estamos diante de uma maldade que não tem tamanho, que é cobrar a contribuição previdenciária de aposentado com doença grave. A lei complementar nº 202 assegura esse direito, independente da emenda constitucional da reforma da previdência, mas nós temos que reverter imediatamente essa cobrança aqui na Assembleia Legislativa.

Aproveitemos a derrubada do veto do PLC nº 36 para fazer justa ao conjunto dos aposentados, porque, derrubado o veto, o governo não pode mais cobrar contribuição previdenciária de nenhum aposentado, de nenhum pensionista, inclusive aqueles que têm doença grave.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*, Deputado Lúdio.

Em relação a essa questão de aposentados com doenças graves, nós tivemos uma reunião com o governador, eu, o Deputado Dilmar Dal Bosco, o Deputado Max, não lembro mais quais os Deputados estavam, e ele se comprometeu de mandar um projeto para cá isentando essas pessoas que são aposentadas e têm doença grave.

Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Sr. Presidente, nobres colegas, público que nos acompanha, eu apresentei alguns projetos de lei, requerimentos e indicações, Sr. Presidente, mas eu quero aqui, bem rapidamente, saudar aos servidores que aqui estão e conclamar, Sr. Presidente, para que não passe de hoje mesmo a votação dos vetos.

Nós precisamos votar os vetos, temos vetos importantes, o PLC nº 49 da Empaer, de autoria do Deputado Wilson Santos, precisamos derrubar esse veto em favor da Empaer, que tanto faz pela agricultura familiar; do PLC nº 36 dos aposentados e pensionistas.

Essas pessoas não suportam mais vir a esta Casa de Leis por semanas, meses e nós ficamos adiando essa decisão. É desrespeitoso para com eles. Muitos vem de longe, de outros municípios, e de hoje não pode passar essa votação.

Também o nº 971, da RGA do Tribunal de Justiça.

Eu quero aqui também, Sr. Presidente, registrar que hoje o Partido dos Trabalhadores completa 41 anos de uma história, um partido que surgiu a partir da falta de espaço, de portas e de representatividade de trabalhadores e trabalhadoras, surge a partir da liderança do presidente Lula, metalúrgico à época, de pensadores, de professores das academias, de artistas intelectuais e do povo em geral e é um partido que construiu história ao longo de 41 anos.

Ontem tivemos uma grande vitória, começam a cair as máscaras. O Supremo Tribunal Federal, a partir da segunda turma, reconheceu que as provas das gravações, o conteúdo das gravações que estava na Polícia Federal, que tratava das relações espúrias entre os procuradores da lava-jato e o então juiz Sérgio Moro, uma vergonha para a Justiça brasileira, uma vergonha internacional, ontem o Supremo Tribunal Federal deu autonomia para que essas provas legitimamente, já tinha a decisão monocrática do ministro Lewandowski, que possa ser utilizada pela defesa do presidente Lula.

Então, agora, como o Lula disse lá no início de toda essa tragédia, dessa vergonha, vai chegar um dia em que a história fará a justiça e mostrará ao povo quem é que está de um lado e do outro lado do banco da justiça. Agora, aos poucos, vai provando quem é que são os bandidos. Os bandidos são os procuradores da República e o então juiz Sérgio Moro que... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto.

O SR. VALDIR BARRANCO - ...que negociou para que ele pudesse galgar espaço também na vida pública e que depois não teve sucesso no Ministério da Justiça e aos poucos vai se provando os crimes que eles cometeram.

Tenho certeza que não vai demorar muito, esses procuradores vão perder seus cargos e eles vão para a cadeia.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Vou dar um minuto para o Deputado Alan Kardec.

O SR. PROF. ALLAN KARDEC - Deputado Botelho, nobres pares, minhas amigas e amigos aposentados, contem conosco hoje neste dia histórico.

Eu gostaria de aproveitar o pequeno expediente, Deputado Max, Deputado Botelho, Deputado Wilson Santos, Deputado Faissal, Deputado Lúdio, para apresentar um projeto de resolução que faz com que a Assembleia Legislativa recupere um fato histórico importante para todos nós.

O nosso Instituto Memória, que é um instituto muito importante para a memória deste parlamento, hoje eu apresento um projeto de resolução para nominar o Instituto Memória do Deputado Lenine de Campos Póvoas, Deputado que foi duas vezes Deputado estadual e numa dessas passagens Deputado constituinte do Estado do Mato Grosso, filho de professores. Foi ele o primeiro presidente da fundação cultural e nos trouxe vasta contribuição nas questões pedagógicas do Estado do Mato Grosso e na organização da cultura como elemento da política pública. Passou por este parlamento por dois mandatos.

Este ano é um ano centenário de Lenine. O Instituto Histórico Geográfico, por meio da Presidente, professora Neila Barreto, está trabalhando o centenário de Lenini Campos Póvoas e ontem me cobrou que fizéssemos a nomeação

do Instituto Memória da Assembleia Legislativa com o nome do douto Deputado Lenine.

Em nome de toda a sua família, do meu amigo Lenine, do meu amigo Eduardo, da nossa grande presidente do Tribunal de Justiça, Dr<sup>a</sup> Maria Helena Póvoas, passo esse projeto de resolução para todos os Deputados assinarem, aqueles que têm interesse de assinar esse projeto de resolução e organizarmos um ato em que iremos fazer justiça e trazer mais luz para esse parlamento nominando o nosso Instituto Memória a partir desse projeto de resolução assinado por todos os Deputados, Instituto Memória Deputado Lenine de Campos Póvoas.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*, Deputado Allan Kardec.

Vamos encerrar o Pequeno Expediente e vamos para a Ordem do Dia.

Eu peço aos Deputados que conectem os *tablets*.

Vou votar apenas os requerimentos e já vou direto para os vetos. A sequência da votação dos vetos, os três primeiros, vai ser, primeiro, o veto da Empaer, depois da RGA do TJ e depois o PL nº 36.

Então, conectem-se, por favor.

Vou votar os requerimentos e indicações e vamos entrar para a votação dos vetos.

Indicações apresentadas pelo Deputado Sebastião Rezende, pelo Deputado Lúdio Cabral, pelo Deputado Valdir Barranco, Deputado Elizeu Nascimento, Deputado Ulysses Moraes, Deputado Eduardo Botelho, Deputado Wilson Santos, Dr. Eugênio, Faissal, Deputado Xuxu Dal Molin, Deputado Dr. João, Deputado Dr. Gimenez, por esses Deputados.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que as aprovam, permaneçam como estão. Aprovadas. Vão ao expediente.

Requerimentos de informações apresentados pelo Deputado Lúdio Cabral, pelo Deputado Valdir Barranco, pelo Deputado Sílvio Fávero, Thiago Silva, Xuxu Dal Molin, Wilson Santos, Faissal, pela Deputada Janaina Riva, Deputado João Batista e Deputado Ulysses Moraes.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que os aprovam, permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. Aprovados. Vão ao expediente.

Requerimentos de admissibilidade de dispensa de pauta, já aprovados na Comissão de Constituição, Justiça e Redação: dispensa de pauta ao Projeto de Lei nº 3/2021, que aprova o convênio de ICMS já autorizado pelo Confaz; dispensa de pauta ao Projeto de Lei nº 63/2021, que estabelece que os profissionais da educação terão prioridades no processo de imunização; admissibilidade também de dispensa de pauta ao projeto de lei nº 72/2021, que estabelece que balconistas e demais

profissionais de farmácias e drogarias terão prioridades também no processo de vacinação; dispensa de pauta para primeira e segunda votação ao projeto nº 47/2021 do Deputado Silvio Fávero, que regulamenta a aplicação do art. 3º, para assegurar o direito de o cidadão escolher ou não pela vacinação; Projeto de lei também com dispensa de pauta nº 06/2021, das Lideranças Partidárias, que altera a lei nº 438, que dispõe sobre o sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros; admissibilidade também ao projeto de lei nº 64/2021, do Deputado Valdir Barranco, que dispõe sobre as diretrizes para a campanha estadual de vacinação da Covid-19.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que os aprovam, permaneçam como estão. Aprovados. Vão ao expediente.

Pedidos de dispensa de pauta que foram rejeitados pela CCJR: Projeto de lei nº 58/2021 e projeto de lei nº 1.048/2020.

Em discussão. Em votação. Os que os aprovam permaneçam como estão. Aprovadas a rejeição da dispensa de pauta.

Requerimento do Deputado Faissal, para a convocação do fórum estadual de saneamento básico, desenvolvimento econômico do município de Mato Grosso, avaliar, acompanhar e discutir medidas referentes ao problema do saneamento básico em Mato Grosso.

Em discussão. Em votação. Os que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao expediente.

O que é isso?

Requerimento apresentado pelo presidente da CPI da Energia, Deputado Elizeu Nascimento, requerendo prorrogação de prazo.

Em discussão. Em votação. Os que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao expediente.

Requerimento apresentado pelo Deputado Valdir Barranco, requerendo audiência pública para discutir o dia internacional da mulher e suas lutas na sociedade atual. A audiência deverá ser realizada no dia 8 de março - dia do meu aniversário, Valdir Barranco - às 14h.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao expediente.

Requerimento do Deputado Carlos Avallone, requerendo uma sessão virtual para fazer a entrega da Medalha de Honra ao Mérito João Batista Jaudy.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao expediente.

Uma solicitação de arquivamento da proposição do projeto de lei nº 661/2015.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao expediente.

Moções de aplausos e congratulação dos Deputado Xuxu Dal Molin, João Batista, Delegado Claudinei, Eduardo Botelho, Wilson Santos, Deputado Faissal e Elizeu Nascimento.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que as aprovam, permaneçam como estão. Aprovadas. Vão ao expediente.

Moções de pesar apresentadas pelos Deputados Dr. João, Deputado Faissal, Dr. Gimenez, Deputado Dr. Eugênio, Wilson Santos, Sebastião Rezende, Valdir Barranco, Thiago Silva e Eduardo Botelho.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que as aprovam, permaneçam como estão. Aprovadas. Vão ao expediente.

Vamos começar a votação.

Eu peço aos Deputados todos que conectem os *tablets*.

Vou fazer a leitura dos Deputados que estão presentes na Sessão: Deputado Faissal, Elizeu Nascimento, Delegado Claudinei, Lúdio Cabral, Wilson Santos, Allan Kardec, Dr. Eugênio, Valdir Barranco, Max Russi, Nininho, Sebastião Rezende, Dr. Gimenez, Dr. João, Paulo Araújo, Thiago Silva, Deputado Faissal, Deputado Ulysses, Deputado Wilson Santos e Deputado Silvio Fávero, todos presentes.

Temos quantos Deputados? Estou fazendo uma contagem aqui porque fiz um compromisso com o Lúdio de que não colocaria se tivesse menos que 20 Deputados. Por isso estou contando. *Ok*.

Eu peço ao Deputado Nininho que ainda não colocou o seu *tablet on-line*.

Por enquanto, nós temos 20 *tablets* conectados.

O meu aqui já está? Agora está, não é? Entrou? Vê se entrou o meu?

Estou pedindo para projetar no painel os Deputados que estão presentes. *Ok*.

Quero cumprimentar aqui também os vereadores de Juara, Leo Boy, Marquito, Zé Galvão, Mônica, Luciano Olivetto e o presidente da Ucmmat, Edclay. Obrigado pela visita.

Também cumprimento vice-prefeito de Santo Antônio do Leste, Ângelo dos Passos, o vereador do município de Canarana, Celsinho. Obrigado pela visita ao Parlamento estadual.

Veto nº 6/2021, Mensagem nº 11/2021. Veto total apostado ao projeto de Lei Complementar nº 49/20, que altera o dispositivo da Lei Complementar nº 461, de 28 de dezembro de 2011, para dispor sobre o reconhecimento do relevante interesse social e econômico da empresa de pesquisa e assistência técnica e extensão rural do Estado do Mato Grosso, Empaer Mato Grosso, de autoria do Deputado Wilson Santos. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu quero inicialmente agradecer a Comissão de Constituição, Justiça e Redação que ofertou um parecer pela derrubada do veto.

Eu sou da base do governo, fui eleito na chapa do ex-governador Pedro Taques, cheguei aqui eleito nessa chapa, passei para a base do governo, Sr. Presidente, porque entendi que o governador Mauro Mendes Ferreira vem fazendo um trabalho de acordo com o estatuto e com o programa do meu partido, reduzindo gastos, assumindo posturas impopulares, porém, necessárias, aplicando remédios amargos, oportunos, e hoje Mato Grosso tem obras nos quatro cantos do Estado, e há um programa Mato Grosso Muito Mais, que prevê o investimento de quase 10 bilhões de reais. Grande parte desses recursos oriundos da fonte própria do governo, da fonte 100.

O governo fez o dever de casa, diminuiu o tamanho do governo, da máquina, cortou a própria carne. E hoje goza de prestígio crescente junto à sociedade, porque recuperou credibilidade e recuperou capacidade de investimento próprio.

Mas em algumas questões eu diverjo do governo. Por isso é que vivemos em uma democracia, De todas a mais importante e mais bela de todas, de todos os sistemas e regimes de poder que podem existir, é a democracia.

E no tocante a Empaer, eu diverjo do governo. A Empaer foi criada no segundo governo do Dr. Fernando Corrêa da Costa, filho de Pedro Celestino Corrêa da Costa. A família que mais deu governadores a Mato Grosso, cinco ao todo - a ministra Tereza Cristina é desse sangue, tem umbigo em Cuiabá. Foi dessa família que nasceu a Carmat, em 1964, e de 64 até agora, nesses 57 anos de existência, a então Carmat, depois Emater e agora Empaer, é a única tábua de salvação da agricultura familiar deste Estado, tem serviços que poucas empresas públicas, e mesmo as secretarias de Estado, conseguiram fazer na sua trajetória, uma empresa que orgulha esse Estado, que permite ao pequeno agricultor familiar, uma orientação técnica correta, devida, oportuna. Aonde ninguém vai, lá está o técnico da Empaer. Aonde o carro não chega, o técnico chega, chega no barraco, na propriedade sem barraco, não cobra, não tem taxa. São quase 60 anos de serviços prestados.

E a Empaer, Sr. Presidente, vem fazendo a sua parte para a sua sobrevivência.

Recebi, ainda hoje, uma relação de mais de 120 nomes que já solicitaram a demissão voluntária. Hoje a folha de pagamento da Empaer, com certeza, vai sentir uma redução importante.

Tenho outra visão. Se fosse governador, o povo assim não quis, em 2010 eu pus o meu nome, fiz a minha parte, dizia que o Silval ia ser uma calamidade, mas a sociedade entendeu diferente e, democraticamente, eu respeito. Mas se fosse eu

o governador eu faria o oposto, eu dobraria o efetivo da Empaer, ampliaria a estrutura da Empaer e aumentaria a capilaridade e a presença dela, porque o governo existe, não para o rico, para o grande. A construção do Estado nacional na Idade Média europeia foi para justamente olhar para quem não tinha essa proteção. O Estado nasce não como um grande leviatã, não como um grande monstro, mas para cuidar principalmente dos que precisam.

Extinguir a Empaer, excelência, é dar um tiro mortal definitivo nos mais de 700 assentamentos que existem no Estado, é dar um tiro definitivo naqueles que colocam na nossa mesa o arroz com feijão, os produtos hortifrutigranjeiros, porque os produtores maiores não perdem tempo com essa mesa, eles querem produzir *commodities*, exportar, utilizar legalmente dos benefícios da constituição, da Lei Kandir. Mas é o pequeno que produz o arroz, e tem que pagar o imposto; produz o milho e paga o imposto; produz a rapadura e paga o imposto. Esses não podem ficar sem a Empaer. Esses não podem ficar sem a Empaer.

Eu entendo a preocupação do governador Mauro Mendes em manter a Empaer com seus próprios recursos, ou com o mínimo de repasse institucional.

Ela está fazendo o dever de casa, governador. São mais de 120 servidores que já foram convencidos, não pelo governo, mas pelo próprio sindicato, pelos próprios colegas, a pedirem a demissão voluntária, a aderirem ao PDV.

Então, colegas Deputados, eu faço esse apelo para que possamos derrubar o veto de sua excelência, o governador, que, assim como eu tenho o direito de propor, o Executivo tem o mesmo direito de vetar.

Aqui é um jogo democrático limpo e transparente, eu sou da base, mas divirjo nesse ponto, como divirjo em outros pontos e sou sincero, claro e transparente com o governo. A minha postura já foi anunciada antecipadamente à Casa Civil.

Respeito a opinião contrária do chefe da Casa Civil, que vem se tornando uma liderança nova no Estado, com um relacionamento muito bom com os Deputados e com os demais Poderes, e é em nome desse respeito, secretário Mauro Carvalho, que eu peço licença para divergir de vossa excelência.

A Empaer precisa sobreviver e nós haveremos, com a nossa experiência, com a nossa capacidade de tolerância, com a generosidade do governo, de encontrarmos uma saída legal, seja transformando-a em instituto, seja transformando-a em outra personalidade jurídica, mas os pequenos não podem ficar sem a assistência dos técnicos agrícolas, dos técnicos agropecuários, dos engenheiros agrônomos, dos médicos veterinários, dos responsáveis pela saúde animal e vegetal.

Então, Sr. Presidente, eu encerro pedindo aos colegas que façamos um juízo de consciência, um juízo de valor, acima desse mandato desse ou daquele governo, e pensemos em Mato Grosso, no futuro deste Estado, um estado fantástico, que tem tanta proteção aos maiores.

Quando os grandes produtores batem a nossa porta, nós a abrimos rapidamente, esta Casa se debruça e encontra uma solução.

Que hoje possamos garantir a assistência técnica aos pequenos agricultores familiares.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Sr. Presidente, senhores Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham aqui.

Como diz o Max, fica meio difícil fazer uma defesa à altura depois da fala do Deputado Wilson Santos, um dos maiores oradores não só da Assembleia Legislativa.

Mas eu queria falar que nesta manhã nós temos vetos a serem analisados nesta Casa de grande relevância, dentre eles nós temos o veto ao pagamento da RGA dos servidores do Poder Judiciário, o que comprovaria que há lastro jurídico para o pagamento também do Executivo e demais Poderes; temos o veto ao PLC 36, projeto de autoria do Deputado Lúdio Cabral, que isenta os aposentados até o limite da previdência - são vetos de extrema importância para o trabalho que vamos realizar aqui nesta manhã -; e tem o veto nº 06/2021, que trata do projeto do Deputado Wilson Santos.

Muitos aqui sabem que eu venho lá do sertão de Pernambuco, como diz o Deputado Wilson, meu parente do Vale do Cariri, do sertão do Cariri, a minha região é uma das maiores produtoras de fruticultura do Brasil, maior exportadora de manga do Brasil, de um projeto chamado Agrodan, que fica lá na minha cidade, à beira do rio São Francisco.

O Estado de Mato Grosso, a coisa de 40 anos atrás, eu não estava aqui nesse período, mas conhecendo a história, iniciou um trabalho, por meio da Empaer, de desenvolvimento da soja, do algodão e foi o que deu o pontapé inicial para que o estado de Mato Grosso fosse essa potência agrícola que é hoje. Mas os grandes produtores do Estado de Mato Grosso, graças a Deus, não precisam mais da estrutura estatal nesse sentido e a empresa atende hoje principalmente aos pequenos e médios produtores e são esses, que não estão inseridos na maioria das políticas aqui do Estado, que precisam da Empaer.

O projeto do Deputado Wilson Santos vem exatamente para dar mais segurança a essa empresa. Nós sabemos que existe a questão da dívida que a empresa tem, mas que também é uma responsabilidade do governo de sanar essa dívida e manter o rumo.

Como disse o Deputado Wilson Santos, já foi apresentado o PDV, já há por parte dos servidores acordo para que seja substituído aquele pessoal com mais tempo, para que entre, inclusive, no futuro mais profissionais.

Eu fui colocado, Deputado Wilson, em vários grupos de pequenos produtores do Estado de Mato Grosso, eu até costumo compartilhar vídeos de alguns pequenos produtores, criadores de gado, aqui da região oeste, oferecendo 25 cabeça de novilhas, oferecendo 30 cabeça de novilha, oferecendo para venda, como aconteceu esta semana, pediram a nossa ajuda, para vender 20 tonelada de melancia.

A venda desse produto só é possível porque o trabalho inicial é dado pela Empaer, lá na pequena propriedade, para que esses pequenos produtores possam se desenvolver.

Para que isso possa acontecer, para que essas mais de 130 mil famílias de pequenos produtores continuem trabalhando aqui no Estado de Mato Grosso, e mais do que isso, estava conversando agora com o presidente Eduardo Botelho, que inclusive também é contra a extinção da Empaer, de que aqui no Vale do Rio Cuiabá tem água em abundância, tem solo da melhor qualidade, tem clima e tem pessoas querendo trabalhar... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - No Vale do São Francisco, onde nós temos vinícolas, onde grande produção de manga, de banana, nós podemos trazer também aqui para o Estado do Mato Grosso, mas para isso nós precisamos da manutenção e do fortalecimento da Empaer.

Por isso parabenizo mais uma vez o Deputado Wilson, o presidente Eduardo Botelho e todos aqueles que com certeza votarão junto conosco pela permanência e pela valorização dessa empresa que é tão importante, não só para os servidores da Empaer, mas para todos os mais de 3,4 milhões mato-grossenses.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, senhor Deputados, Deputada.

Senhor Presidente, como líder do governo, mas sendo Deputado estadual aqui, falei com o Deputado Wilson Santos a questão da Empaer e sobre o projeto apresentado.

Da mesma forma, sempre lutei e luto, com toda certeza, para a não extinção da Empaer, desde que a Empaer entre para dentro do governo com as suas atividades.

Temos aqui no interior do Estado de Mato Grosso, talvez uma pouca presença da Empaer em algumas situações. Fala-se de assentamentos, mas falta esse projeto.

O que sempre buscamos, desde quando aprovamos, em janeiro de 2019, é a manutenção da Empaer, mas estamos há dois anos, dois anos, motivando

para que a Empaer entre para dentro e justifique sua permanência, com o apoio da Assembleia Legislativa e do governo do Estado.

Talvez um projeto, como esse projeto, que dá, talvez, uma falsa interpretação ao próprio servidor de não aderir ao PDV, fica muito ruim.

Eu vejo com bastante dificuldade continuarmos na luta para defender a Empaer do Estado de Mato Grosso.

Eu vejo, e todos viram, noticiários do governo do Estado, quando assumimos o governo, o governador Mauro Mendes, os salários que lá estão, e não tem mais como reverter.

Então, o que nós estamos tentando, desde o início, é a manutenção da Empaer, essa é uma briga inclusive do presidente da Casa, mas também não podemos deixar acontecer que ela não possa atender a agricultura familiar e se manter, fazendo e dando resultado ao estado de Mato Grosso.

Então, gera uma falsa expectativa, talvez, como foi a fala do Deputado Max sobre o PLC 36, e eu voto, vou pedir o voto dos colegas Deputados aqui pela manutenção do veto por vício de iniciativa, pela inconstitucionalidade do projeto apresentado, na própria justificativa do governo do Estado.

O trabalho continua da mesma maneira, defendendo, como sempre fizemos, fiz uma reunião com o presidente do sindicato da Empaer, e vou continuar defendendo, como fiz com o próprio governador e o secretário Mauro Carvalho.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vou conceder mais um minuto para o Deputado Wilson, e depois ao Dr. João.

Por favor!

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, muito obrigado. Só mais um minuto.

Vou passar às mãos, oficialmente, de vossa excelência o nome e sobrenome completo dos 124 servidores da Empaer que já aderiram ao PDV, senhor presidente. Com mais 20 ou 30 aqui chega ao número que o governador quer. Então, não tem por que vetar isso.

Nós estamos fazendo o dever de casa. Isso aqui é um trabalho diuturno de convencimento. Não é fácil! Eles não têm culpa de ganhar o que ganham, não têm culpa. Os governos passados que construíram os planos de cargos, carreiras e salários. Eles não têm culpa. Quando entraram, não ganhavam isso. Eu concordo que aqui fora é outro patamar salarial, mas eles não têm culpa disso.

Cento e vinte e quatro, presidente, já pediram ao PDV e isso vai ajudar muito a manter a Empaer.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – *Ok.*

Vou passar para o Dr. João.

Cumprimento aqui o vereador Flávio Negação, de Cáceres, Tenente Esteves, presidente da associação e subtenente de sargentos; Celsinho, vereador do município de Canarana, Ângelo dos Passos, vice-prefeito do município de Santo Antônio do Leste, Ana Casagrande, prefeita de Nova Maringá, Edemar, vereador de Nova Maringá, Clóvis Clair Cassol, vereador de Nova Maringá, Simone Alves dos Santos, vereadora de Nova Maringá, Jorge Vidal, também vereador, Wagner Lordano, Cassiane Casagrande, assessora do município de Nova Maringá, Jefferson Lordano, primeiro secretário da Câmara de Nova Maringá.

Obrigado a todos os senhores pela visita ao parlamento.

Deputado Dr. João.

O SR. DR. JOÃO - Senhor presidente, caros colegas, minha querida colega Deputada Janaina Riva, imprensa que nos assiste, galeria presente.

Quero dizer, senhor presidente, que desde o dia 1º de fevereiro de 2019, quando eu subi nesta tribuna pela primeira vez para discutir sobre a Empaer, eu estava naquele dia operado, tinha feito uma cirurgia nos olhos, e de óculos escuros, as galerias lotadas, eu fiz questão de vir aqui defender a Empaer.

Na época eu era representante do Médio Norte de Mato Grosso, hoje eu represento todo o Estado de Mato Grosso e quero dizer, senhor presidente, que a Empaer precisa de estrutura, precisa de melhora, de auxílio, de ajuda, porque a Empaer faz muito, faz muito, muito, muito, muito com muito pouco, com muito pouco. São servidores capacitados, são pessoas, talvez a maior biblioteca viva do nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, por isso, colegas, estamos juntos com a Empaer até o fim, para melhoria da saúde familiar do Estado de Mato Grosso.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, encerrada a discussão.

Vamos para a hora da verdade, não é?

Cada Deputado conectado com seu *tablet*, vamos votar o veto nº 6/2021, Mensagem nº 11/2021.

Lembrando que quem votar "sim", está votando para derrubar o veto. Se votar "não", está votando para manter o veto.

Lembre-me sempre do seguinte: "Sim", porque você é a favor do projeto, então você está derrubando o veto; e "Não", você é contra o projeto e está mantendo o veto. Tudo bem?

Nós temos 23 Deputados presentes. Apenas o Deputado Valmir Moretto teve um problema sério de saúde, teve uma embolia ontem, pós Covid-19, e está na UTI do Santa Rosa, a quem estamos mandando, todos nós aqui, estamos em oração pelo Deputado, para que ele recupere o mais breve possível.

Pode abrir a votação.

Calma. Pode abrir tranquilo. Não vou fechar a votação enquanto vocês não conseguirem conexão.

Todos conseguiram conexão?

Verifiquem se todos conseguiram conexão, se todos conseguiram votar.

Falta ainda votar, nós temos 19 Deputados: Elizeu Nascimento, Nininho, Thiago Silva e Xuxu Dal Molin.

Por favor, os senhores ainda faltam votar.

Novamente os Deputados Nininho, Elizeu Nascimento, Thiago Silva e Xuxu Dal Molin. Votem, para encerrarmos a votação.

Cumprimento Jean Vasconcelos, presidente da câmara do município de Nova Maringá, que está aqui presente também.

Aguardando o Deputado. Conseguiu conexão? Vamos.

Deputado Xuxu conseguiu?

Apenas o Deputado Elizeu Nascimento ainda não votou.

Já temos 22 votos.

Ok. Quinze votos "sim", 07 "não", o veto está derrubado.

Não encerre a votação enquanto eu não der a ordem aqui.

Vamos para o veto nº 02/2021, Mensagem nº 167/2020, veto total aposto ao Projeto de Lei nº 971/2020, que dispõe sobre a revisão geral anual das tabelas de subsídios dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso para o exercício de 2020. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, como um modesto bacharel em direito aprendi logo nas primeiras aulas o respeito à independência dos Poderes e a harmonia entre eles.

Se o Poder Judiciário tem o orçamento, tem o dinheiro, inclusive garantido por esta Casa de Leis, nós aprovamos o orçamento do Judiciário, foi você, Dr. Eugênio, foi vossa excelência, Deputado João Batista, foi você, Silvio Fávero, fui eu, Wilson Santos, nós aprovamos, assinamos embaixo do orçamento do Poder Judiciário, essa questão da RGA do judiciário é uma questão *interna corporis*, uma questão do Poder Judiciário. (PALMAS)

Quantos presidiram aquela Casa? Barnabé de Mesquita, Sávio Brandão, Gervásio, Dr. Pompeu, Dr. Leônidas, desembargadora Shelma Lombardi de Kato, minha professora, Carlos Alberto, a grande gestão que fez agora recente, e agora a doutora Maria Helena Póvoas, gente nossa, cuiabana de pé rachado, decente, honesta, íntegra, de uma família de DNA da honestidade, se ela está pedindo é porque ela tem dinheiro em caixa, porque a Assembleia aprovou o orçamento.

Então, eu encerro, já estou ficando rouco, já sem condições de tocar para frente, mas pedindo aos colegas que nós não gostaríamos, nos sentimos sempre desconfortáveis quando outro Poder intervém aqui na Assembleia, quando o governador visita o município e a Casa Civil não avisa o Deputado da base, ficamos aqui nervosos.

Então, eu quero dizer, colegas, que devemos derrubar o veto.

"Ah, mas vai ter problema lá com a lei do Bolsonaro." É problema do Tribunal de Justiça. Eles que se virem lá. Isso é problema deles.

Mas esse córrego nós temos que atravessar. Nós vamos atravessar esse córrego agora, votando "sim", pela derrubada do veto, e devolvendo a direção do Tribunal de Justiça, a responsabilidade para tocar de maneira autônoma, independente e honesta, os recursos públicos que a sociedade delegou a eles.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Valdir Barranco, depois João Batista, depois Janaina Riva.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor presidente, nobres colegas, população, imprensa, servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Eu que tive a oportunidade de servir o Tribunal de Justiça como oficial de justiça e tenho muitos amigos também no Tribunal de Justiça, nas diversas comarcas do Estado de Mato Grosso, venho aqui para mais uma vez reforçar e comungar da fala do nobre colega Deputado Wilson Santos de que nós temos por obrigação votarmos pela derrubada do veto ao projeto 971, esse veto imposto pelo governador.

É um absurdo que o governador queira cuidar do quintal do vizinho. Ele já nega o direito aos trabalhadores do Executivo, e agora o Poder Judiciário, que tem autonomia, que tem um chefe do Judiciário, presidente do Tribunal de Justiça, agora presidenta do Tribunal de Justiça, que encaminhou para esta Casa a mensagem para que pudéssemos aprovar e conceder, uma vez que eles têm caixa suficiente para cumprir com o direito dos trabalhadores do Tribunal de Justiça, e o governador, que não cuida do seu quintal, quer cuidar do quintal do seu vizinho.

Então, estou aqui para mais uma vez reafirmar o meu compromisso com os trabalhadores e trabalhadoras de continuar a luta para que o Executivo possa cumprir com os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Estado também, para que possa cumprir com a RGA do Poder Executivo estadual, com a 510/2013 do profissional da educação, mas que não interfira nos outros Poderes.

Daqui a alguns dias o governador vai querer mandar na Assembleia, nas prefeituras, e nós não podemos admitir isso.

Por isso, vamos votar "sim", pela derrubada, e permitir que os trabalhadores e trabalhadoras do Tribunal de Justiça de Mato Grosso possam fazer jus àquilo que lhes é de direito, a concessão da revisão geral anual.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Sr. Presidente Eduardo Botelho, eu quero começar falando um pouco sobre a minha função enquanto sindicalista.

O ser humano tem a mania de se enclausurar no seu mundinho e de achar que só o mundo dele merece e que o do outro não.

Enquanto sindicalista, sempre discutimos muito essa questão. Nós temos Poderes que são os filhos pródigos, os filhos ricos, o judiciário ganha melhor, judiciário tem seus direitos, Ministério Público, Tribunal de Contas, a Assembleia. Daqui de dentro vemos outra realidade, vemos que a questão da recomposição inflacionária é um direito de todos os Poderes, inclusive dos servidores e dos trabalhadores da iniciativa privada, que estão tendo a recomposição, porque quando há um dissídio nas empresas é feito essa recomposição, e é obrigatório constitucionalmente que seja feita anualmente, assim como o Governo Federal fez recentemente com o salário mínimo.

Eu não poderia deixar também de elogiar o trabalho que foi feito do saneamento das contas do Estado.

Nós estivemos com o governador recentemente, levando o relatório que foi feito pela Comissão de Segurança Pública e o próprio governador nos passou promessas de anos vindouros de muita fartura aqui no Estado de Mato Grosso, principalmente para os investimentos em infraestrutura, mas não podemos deixar de colocar na mesa a recomposição do salário dos trabalhadores do serviço público.

Há uma defasagem de mais de 30%. Nós já tivemos a questão do não pagamento da RGA e o desconto de mais 3%, inclusive dos aposentados foi 14%, porque não pagava até o teto da previdência. Então, para esses são mais de 30% de perda.

Então, eu acredito que dá, sim, de o governo do Estado fazer um planejamento e pagar também do Executivo.

Quanto ao Judiciário, como já disse o presidente, o ex-presidente do TJ, nós fizemos o dever de casa.

Nessa reunião que tivemos com o governador recentemente, nas entrelinhas deu para ler o que o governador estava nos passando, o governo do Estado fez o dever de casa, e agora é hora também de reconhecer o sacrifício dos servidores e conceder aquilo que lhes é de direito, que foi suspenso há vários anos.

Peço aos nobres pares que possamos votar pela derrubada do veto.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Faissal.

O SR. FAISSAL - Olá a todos os meus amigos, servidores do Tribunal de Justiça, Poder esse ao qual servi por mais de dez anos ininterruptos, onde fiz vários

amigos, sei do potencial, sei da produtividade e gostaria agora de passar um recado para todos os servidores, todos, de todos os Poderes, eu sou a favor do enxugamento da máquina e da reforma administrativa, que tenhamos menos servidores, mais servidores efetivos e que ganhem bem. Por isso sou a favor da RGA em todos os Poderes.

Hoje estamos votando aqui pela derrubada do veto, para fornecer, para garantir, a RGA aos servidores do Tribunal de Justiça, de todo o Poder Judiciário.

Quero deixar uma saudação aos amigos que fiz lá, firmei compromisso, Eduardo Campos, Licínio dos Anjos, Sabrina Roder, Sandra, Bosquinho, oficiais de justiça, Lourenço, Luiz Paulo, Zinho, Juramar Castilho, Juliana Kido, Campelo, a todos eles. Eu sei que vocês merecem, vocês são trabalhadores, produzem e é por vocês que vou votar "sim", pela derrubada do veto.

Muito obrigado.

Tenham todos um bom dia. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, ninguém mais...

Ah, Paulo Araújo.

Desculpe-me, Paulo.

Desculpe-me, Thiago.

Estou me esquecendo dos que estão participando virtualmente.  
Desculpem-me.

Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Nobres Deputados, Presidente Eduardo Botelho, e toda classe de servidores públicos que nos acompanha no Estado de Mato Grosso.

Eu chamo a atenção, e venho batendo nessa tecla já há algum tempo, que o Estado, Presidente Botelho, deve ter uma política de remuneração única.

Não podemos admitir que alguns Poderes, e aqui não estou falando, eu sou servidor público e, lógico, sempre vou votar a favor do serviço público... Nós temos reajuste, realinhamento dos PCCSs de alguns Poderes em detrimento de outros, principalmente do Poder Executivo, que é o Poder que arrecada no Estado de Mato Grosso.

Precisamos discutir uma política de remuneração única no Estado de Mato Grosso.

Pagamento de RGA. Se nós temos uma fonte que arrecada para o Estado todo, que é o Poder Executivo, nós devemos admitir e reconhecer que a política de remuneração no Estado deve ser única.

Pagar a RGA para o Poder Judiciário, que fez o dever de casa, é justo? É justo. Mas nós devemos, sim, pagar a RGA para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo.

A nossa Casa, por exemplo, o Poder Legislativo, não concedeu o pagamento da RGA, mesmo o Poder Legislativo fazendo o dever de casa.

Nós devolvemos quase 100 milhões de reais para o Poder Executivo este ano.

Por que não também pagar a RGA, que é justo e legal, aos servidores do Poder Legislativo? A exemplo dos servidores da defensoria pública, a exemplo dos servidores do Poder Executivo, que é o órgão que arrecada.

Então, essa discussão de uma política de remuneração única, quando da concessão aos Poderes, na minha avaliação, é injusto não praticar a RGA para todos os Poderes, porque a inflação come o salário de todo mundo. Ela não come só o salário do Poder Judiciário, ela come o salário do Poder Executivo, ela come o salário do Poder Legislativo, come o salário dos profissionais da educação, dos profissionais da saúde.

Então, essa discussão, principalmente aos Deputados, e eu quero agradecer ao Deputado Wilson Santos, que agora está junto conosco na defesa dos servidores públicos, agradecemos muito o seu apoio, Deputado Wilson Santos, mas nós precisamos que todos entendam isso, que o pagamento da RGA deve ser uma política de remuneração no Estado de Mato Grosso para todos os Poderes, Presidente.

O Poder Legislativo, por exemplo, fez o dever de casa, mais do que qualquer Poder, devolveu 100 milhões de reais para o Poder Executivo e nós devemos também trabalhar para conceder a RGA aos colaboradores do Poder Legislativo.

Então, essa é a discussão que gostaria de trazer, inclusive para a pauta das próximas reuniões: política de remuneração única para os servidores do Estado de Mato Grosso, todos os Poderes.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Passo para o Thiago Silva, Deputado Allan, que já estava há muito tempo aqui e eu não tinha visto, depois eu passo para o senhor.

Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA - Senhor Presidente, colegas Deputados, eu quero aqui também reforçar a derrubada desse veto.

Eu vejo, e foi bem colocado pelo Deputado Wilson Santos, que somos Poderes independentes. Cada Poder, o Legislativo, o Tribunal de Contas, o Judiciário, tem seu próprio orçamento e não há necessidade de a gente intervir numa decisão do Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Defendo, conforme o Deputado Paulo Araújo colocou, que temos que ter uma política única, mas neste momento o Poder Judiciário está conseguindo fazer o pagamento da RGA e é mais do que justo que possamos homologar, possamos apoiar esse trabalho do Poder Judiciário, para que possamos valorizar os nossos servidores.

Fui procurado pela servidora de Rondonópolis, Geane, que faz parte do sindicato, que nos trouxe toda essa situação, mostrou a necessidade dessa valorização dos servidores e, sem sombra de dúvidas, a necessidade de a gente não intervir em um Poder que tem seu orçamento próprio, tem seu financeiro próprio.

Então, esse é o meu posicionamento, para que possamos derrubar esse veto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Allan Kardec.

O SR. PROF. ALLAN KARDEC - Deputado Botelho, serei breve.

Dizer aos colegas do Poder Judiciário que podem contar conosco aqui. Os Poderes são independentes, autônomos e com orçamento próprio.

Nós votamos aqui o orçamento, como disse o nobre Deputado Wilson Santos, e se lá tem o orçamento para pagar a RGA, por que vamos penalizar os servidores daquele Poder?

Mas eu gostaria de lembrar também, o Deputado Paulo Araújo foi muito feliz ao dizer sobre a necessidade de avançarmos com relação aos servidores do Poder Executivo, que fazem as entregas para a sociedade, e eu quero falar aqui em nome dos meus colegas profissionais de educação.

Deputado Botelho, nós tínhamos a Lei 510/2013, que era a dobra de salário, que só foi completada metade do seu projeto. Hoje um professor entra ganhando quatro mil reais e sai, caso tenha doutorado, aposenta com nove, depois de 35 anos de prestação de serviço. Mas a grande maioria dos professores, profissionais de educação, se aposentam entre cinco e seis mil reais. Essa é a realidade da aposentadoria dos profissionais de educação, que estão sem a nossa lei de carreira, que estão sem o programa de reajuste geral anual, RGA, e hoje aumento da carga tributária de 11% para 14%, e abaixo do teto do INSS - daqui a pouco vamos tratar desse ponto.

Se todos os aposentados, quase a maioria de aposentadas e aposentados da educação, estão aposentados entre 6 mil e 7.500 reais, tinha isenção até o teto de 6 mil, hoje passam a pagar todo o seu salário 14%. Isso é desumano com aquele que já contribuiu mais de 30 anos com a educação pública do Estado de Mato Grosso.

Assim como, lógico, vamos votar a favor da RGA dos servidores do Judiciário, quero lembrar e fazer coro à necessidade de termos a valorização dos profissionais de educação e de todos os profissionais do Executivo, especialmente daqueles que já se aposentaram.

Obrigado, Presidente. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Sem ninguém mais para discutir, vamos para a votação do Veto nº 02/2020.

Lembro que quem vota "sim" vota pela derrubada do veto e quem vota "não" vota pela manutenção do veto.

Vamos para a votação.

Pode abrir a votação.

Deputado Valdir Barranco... Vamos ver o que está acontecendo.

Deputado Allan Kardec... *Ok.* O Deputado Allan Kardec já votou.

Então, todos votaram. Vamos encerrar a votação.

Com 19 votos "sim" e 04 "não", o veto está derrubado.

Veto nº 13/2021, Mensagem nº 12/2021, Veto Total aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 36/2020, que revoga dispositivos da Lei Complementar nº 202 de 28 de dezembro de 2004, de autoria do Deputado Lúdio Cabral. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela derrubada do veto.

Em discussão...

Deputado Max Russi.

O SR. MAX RUSSI - Senhor Presidente, Srs. Deputados, público presente, imprensa, servidores da Casa e quem nos acompanha pelas galerias.

Hoje, dia de derrubadas de vetos, mas venho aqui, antes da votação desse veto, com um apelo.

Aqui parableno Lúdio pelo posicionamento. Eu acho que sempre temos que estar abertos ao diálogo, sempre estarmos abertos à composição, para que possamos realmente efetivar vitória.

Quando me pronunciei pela mídia, até em respeito ao companheiro que apresentou o projeto, eu fiz um pronunciamento daquilo que eu sei, vendo, pelos anos de Parlamento como vereador e duas vezes como Deputado estadual, que esse projeto vai acabar na justiça, por vício de iniciativa, e a minha preocupação é realmente os aposentados não terem nenhum benefício, não avançar em nada.

Muitos de nós, acho que todos os Deputados, têm recebido mensagens falando das dificuldades.

Presidente Botelho, quero parabenizar o senhor, parabenizar o líder Dilmar, também o Eugênio, o João, os Deputados que estiveram junto ao governo, se encontraram com o governador noutra dia, que veio aqui, e falaram desse desconto das pessoas que estão com doenças terminais. O nosso Presidente foi muito firme, falando inclusive que pedia isso ao governador, o governador falou que não tinha conhecimento disso dentro do projeto, mas que o Botelho se posicionou de forma muito firme, postura da Casa, falando que se não revertesse, colocaria até a procuradoria da Casa para fazer essa discussão – não é, Dilmar? -, porque entendia que isso realmente daria dupla interpretação e é algo que precisa ser resolvido.

Então, parabéns, Dilmar!

Nós precisamos fazer essa tratativa junto ao governo.

E, Botelho, você já tem o compromisso desse problema ser resolvido, mas se não for, a nossa procuradoria tem que realmente trabalhar.

O Deputado Avallone e tantos Deputados falaram dessa questão, que precisa, de forma rápida, ser resolvida, porque muitas dessas pessoas realmente, com câncer, com doenças que têm tido dificuldades muito grandes dentro de casa.

Então, nós precisamos, Deputado Wilson, Ulysses, que o governo encaminhe isso logo.

Tento mais uma vez, Presidente, até para desengargo da minha consciência, aqui já aceito pelo Deputado Lúdio - respeito também a postura do Deputado Barranco, que já falou que tem que votar hoje, que tem que acabar isso hoje, e eu respeito... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um tempo para o Deputado.

O SR. MAX RUSSI - Mas não são só três minutos. Agora são? É discussão, presidente. Mas, tudo bem. Mais dois minutos.

Eu respeito o Deputado Barranco, que também discorda e acha que hoje tem que ser feita a votação e acabar, todo mundo se mobilizou e realmente já está há um bom tempo isso.

Mas eu gostaria, mais uma vez, Presidente, de falar que temos que trabalhar um entendimento. O governo tem que ceder, os nossos aposentados têm que ter uma comissão organizada de servidores, não o sindicato, mas uma comissão organizada dos vários setores, de vários segmentos e esta Casa, este Parlamento, é o local ideal para isso.

Os 24 Deputados mostraram isso na última votação e temos que, de forma consensual, trabalhar, Deputado João Batista, para que realmente os nossos aposentados, as pessoas que precisam, tenham um ganho, tenham um benefício.

Eu quero deixar mais uma vez esse meu posicionamento. Falar do projeto anterior, e foi muito feliz o Deputado Paulo Araújo, realmente precisamos que o Executivo mande, e o reajuste tem que caber a todos os Poderes, ao MP, à Assembleia, ao TJ, ao Poder Executivo. Isso já é uma decisão do STJ e acredito que muito em breve vamos caminhar nessa direção, a mesma coisa que acontece nos municípios.

E só para complementar, Presidente, sei que meu tempo é curto, quero dizer que aqui na Casa estávamos acima do limite de alerta, não era possível trabalhar a questão do RGA, mas esta semana, Deputados, de forma muito boa, a Mesa Diretora, Deputado Faissal, todos os Deputados, reunidos com os sindicatos dos nossos servidores, resolvemos a questão das progressões, Deputado Wilson, que seu irmão trabalhou muito tempo para tornar realidade, fizemos um acordo com os servidores, dividiu esse pagamento em dez vezes, resolveu a questão das progressões.

Vai chegar um projeto aqui - não é, Botelho? Realmente, conversando bastante, tivemos um dia de vitória para os servidores do Poder Legislativo, que terão as suas progressões recompostas numa grande discussão.

Então, Presidente, parabéns por esse encaminhamento, por essa condução, que contou com o apoio e trabalho dos 24 Deputados, 23 Deputados e a Deputada Janaina, desta Casa Legislativa.

Agora a Assembleia Legislativa, com suas contas organizadas, tendo condição de fazer essa discussão, voltando à progressão e, tão logo possível, também a discussão da RGA e outros benefício, para que possamos valorizar também os servidores do Poder Legislativo, do Poder Executivo e de todos os Poderes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Allan Kardec.

Vamos encerrar a discussão.

O SR. PROF. ALLAN KARDEC - Presidente Botelho, demais Deputados e Deputada desta Casa.

Nós já nos debruçamos sobre o assunto há mais de seis meses aqui. Todos os dias de sessão com os aposentados e aposentadas vindo aqui, passando de gabinete em gabinete e esta Casa formou juízo no final da votação por unanimidade. Já foi debatido, batido, discutido e todos os Deputados e a Deputada formaram juízo em sua votação.

Não é possível que agora nós iremos mudar a posição.

Então, é simples, Deputado Eduardo Botelho, manutenção do juízo que já foi formado na última votação. Peço, então, unanimidade na derrubada do veto do governo. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Xuxu Dal Molin.

Depois Dilmar Dal Bosco.

Está encerrando, não tem mais ninguém inscrito. Deputado Xuxu e Dilmar, para encerrar.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Presidente Botelho, colegas, Deputada Janaina, rapidamente.

Só lembrando que desde agosto do ano passado, quando tínhamos aquele acordo de até três mil, que ia se transformar em três salários, me posicionei a favor naquele momento, para este ano nós já estarmos brigando por mais três salários e chegar ao teto.

Infelizmente, por politicagem - está certo? - estamos ainda sem dar nenhum desconto.

Se somar todos esses meses, não baixa de cinco mil reais, que essas pessoas que merecem não receberam nada, por pessoas que sabem que é

inconstitucional e estão empurrando com a barriga algo para prejudicar aposentados lá da ponta, que têm que pagar remédio, comida e ainda ficam falando que estão defendendo o servidor.

Então, quero deixar bem claro aqui que se tivéssemos feito lá atrás o que era justo para o momento econômico do Estado e este ano estarmos efetivando o restante até o teto, porque nós sempre defendemos, esta Casa, não estou falando da questão ideológica e política.

Infelizmente, a queda de braço aqui, de grupos políticos, está fazendo isso com o servidor que precisa, aquele que ganha pouco, que é a base, é esse que eu defendo.

Então, lamentavelmente, vai judicializar, já informamos isso - quero parabenizar a fala do Max, coerente, e não jogar para a plateia, como alguns fazem.

Então, infelizmente, não vamos fazer o que é certo desde o ano passado. Já poderia ter dado os três salários e nós já estaríamos discutindo os outros três, que é legítimo e é justo.

Infelizmente vai judicializar.

E quem vai ganhar com isso? Ninguém.

Porque essas pessoas que hoje acham que têm pessoas defendendo vocês...

Vocês vão perder mais 10 mil de desconto e depois vão ver que não valeu nada.

Eu estou aqui para trabalhar pelo resultado, dinheiro sobrando lá na conta de quem precisa. O resto é conversa.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, Srs. Deputados, Deputada.

Senhor Presidente, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, quando fomos analisar também o veto do governo, eu votei como orientação técnico-jurídica da Assembleia Legislativa.

Aproveitando a fala do Deputado Xuxu Dal Molin e do Deputado Max. Projeto com vício formal, projeto com inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

Mesmo sabendo, não deixei de ir com vossa excelência, com o Deputado Max, a Deputada Janaina, o Deputado Dr. Eugênio, o Deputado Faissal cobrou muito, o Deputado Allan Kardec cobrou muito, junto com o Deputado Carlos Avallone, para que pudéssemos avançar alguma coisa a mais, para que pudéssemos oferecer aos servidores aposentados e pensionistas.

No dia da reunião, que conseguimos um pouco do avanço que já tínhamos conquistado dentro da Assembleia, que eram os três mil reais de isenção,

veio uma proposta de isenção de até quatro mil reais. Já eram mais 4.356 servidores públicos que seriam alcançados. Então, já era um ganho a mais. Mesmo assim, não estamos deixando de conversar, até porque vários colegas Deputados, como o próprio Deputado Carlos Avallone falou hoje, seriam mais 700 servidores públicos que vamos atender agora com doenças graves, que temos que trazer para a isenção, ter esse diálogo, já estamos conversando com a Casa Civil e também com o governador Mauro Mendes.

Estamos tratando dessa situação, como bem disse aqui o Deputado Max, que foi feliz.

Como sempre falei, vender uma falsa expectativa ao servidor, sabendo de todo processo jurídico que pode vir à frente, e não ter mais uma conquista.

Então, essa falsa expectativa ao projeto, um projeto totalmente inconstitucional, projeto que cria e não tem de onde sair a receita.

Todos sabem da grande dificuldade que nós temos na previdência, um rombo previdenciário no País, deixado por governos, da mesma maneira no governo do Estado. Então, por isso eu vou pedir para a base consciência, para continuarmos a nossa luta junto com a Mesa Diretora, junto ao governo do Estado, pedindo para que vote "não", pela manutenção do veto do governo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Allan Kardec.

O SR. PROF. ALLAN KARDEC - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Sim, Deputado.

O SR. PROF. ALLAN KARDEC - Vamos suspender a votação.

Cadê o acordo? Cadê a proposta do Executivo?

Se tiver proposta do Executivo aqui, já fazemos a consulta agora. Se tiver proposta do Executivo, fazemos a consulta agora, então.

Cadê a proposta do Executivo, Deputado Xuxu Dal Molin, Deputado Dilmar, de isenção de 3 salários mínimos para todos?

Cadê a proposta do Executivo?

Se tiver proposta, paramos a votação agora.

Mas não tem proposta. Nós tentamos fazer isso o tempo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Cumprimento aqui o ex-Deputado estadual, governador Carlos Bezerra, que está nos visitando.

Próximo inscrito, o Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, quero aqui, de maneira bastante respeitosa, me dirigir aos aposentados e pensionistas do Estado de Mato Grosso.

Sabemos aqui do trabalho do Deputado Lúdio Cabral ao longo de todos esses meses, na proposição do PLC 36, na articulação do PLC 36.

A Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Silvio, que trabalhou esta semana para dar parecer favorável à derrubada do veto. Então, quero aqui parabenizar os colegas. Tenho certeza que aqui a maioria absoluta, se não todos, têm compromisso com os aposentados e pensionistas.

Já disse aqui na minha fala durante o Pequeno Expediente, vou repetir aqui, não dá mais para postergar. Nós temos quórum mais do que suficiente para a apreciação dessa matéria e temos que ter respeito com os aposentados e pensionistas, que ao longo de todo esse período se organizaram, fizeram inúmeras reuniões, vieram aqui praticamente todas as sessões, falaram com os Deputados estaduais, todos os 24, por meio de mensagens de WhatsApp, de mensagem SMS, que ainda existe, de telefonemas e merecem o nosso respeito.

Portanto, mais uma vez, defendo aqui que possamos deliberar essa matéria e possamos votar pelo sim, pela derrubada a esse veto vergonhoso que está trazendo muito sofrimento, muita doença. As pessoas estão doentes porque, de uma hora para outra, se viram ceifadas, pessoas que trabalharam a vida toda, de 14% da sua parca, da sua pequena remuneração.

Portanto, sim à derrubada do veto ao PLC 36.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ninguém mais...

Deputado Paulo Araújo. Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Obrigado, Presidente Botelho, assunto esse discutido, conforme o Deputado Allan Kardec colocou, há mais de seis meses.

Mas quero só emendar na fala do meu amigo Deputado Xuxu.

Deputado Xuxu, quando o governo federal, o presidente Bolsonaro reformulou a previdência no Brasil, e a nossa previdência praticamente se espelhou a previdência do governo federal, o governo federal, Deputado Xuxu, traz isenção da alíquota previdenciária até o teto do INSS.

Essa referência de isenção foi justamente priorizando, conforme Vossa Excelência colocou, aqueles profissionais que têm os menores salários no Estado de Mato Grosso, quase todos eles profissionais da educação, quase todos eles professores da educação.

Então, seria justo e razoável, e sou obrigado a concordar também, conforme a Constituição brasileira, nós devemos cobrar mais de quem ganha mais e cobrar menos de quem ganha menos. Está na Constituição brasileira. Quando falamos que a isenção para os aposentados e pensionistas, primeiro, já contribuíram a vida toda, cumpriram o ciclo da obrigação constitucional. no período em que esteve na ativa. Então, não seria nada razoável remetermos uma alíquota previdenciária de 14% de forma linear, pegando, infelizmente, aqueles colegas profissionais que recebem os menores salários do Estado de Mato Grosso.

É questão de justiça social. Inclusive na própria previdência do governo federal, Deputado Xuxu, há isenção até o teto do INSS.

Eu só queria, presidente, fiz questão de fazer uso da palavra em cima da fala do nobre colega Xuxu, só para restabelecemos o porquê do alinhamento até o teto do INSS, porque é questão de justiça, questão social, alinharmos as mesmas alíquotas previdenciárias da previdência nacional.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Então, ninguém mais pra discutir.

Vamos para a votação.

Para encaminhar, Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Presidente, uso para encaminhar, da mesma forma que usei a tribuna, falando da manutenção do veto.

Falei ao Deputado Allan Kardec, que sou favorável, que a Assembleia, que vossa excelência, crie uma comissão para tratar sobre alíquota progressiva. Aí, sim, vamos achar mecanismo como buscamos lá, ao invés de 3 mil reais de isenção, que foi uma ideia do Deputado Silvio Fávero, uma emenda colocada na proposta da reforma da previdência, tratamos desse assunto para fazer alíquota progressiva acima, duas vezes o limite ou acima de 10 mil, progressiva, como são nos Estados de Pernambuco, que chega a 22%, como o Maranhão.

Então, também vamos discutir esse assunto e podemos trazer conforto ao aposentado e pensionista que ganha um valor abaixo do teto.

Fica essa proposta e o encaminhamento para que mantenhamos o veto do governo.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Então, pode abrir a votação.

Deputado Nininho, por favor, votar para encerrarmos. Deputado Nininho, para encerrarmos a votação. Deputado Nininho.

Enquanto aguardamos o Deputado Nininho, cumprimento aqui o professor Sebastião, vereador do município de Tangará da Serra, e Eduardo Sanches, também vereador de Tangará da Serra. Obrigado pela visita.

O vereador Rômulo está aqui, Vereador Rômulo Queiroz, presidente da câmara de Santo Antônio do Leverger. Mimosiano. Parabéns! Obrigado pela visita, vereador.

Ok. Todos votaram? Então, vamos à hora da verdade.

Pode encerrar a votação.

Com 11 votos "sim", 12 "não", o veto está mantido.

Agora, Deputado Dilmar, o senhor tem a missão de construir uma nova proposta e trazer para a discussão na Assembleia Legislativa.

Cadê os decretos?

Decretos de calamidade pública, Projeto de Resolução nº 05/2021, do município de Curvelândia. Com parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Projeto de Resolução nº 06/2021, de Pontes e Lacerda; Projeto de Resolução nº 07/2021, de Guarantã do Norte; Projeto de Resolução nº 08/2021, de Rondolândia; Projeto de Resolução nº 09/2021, de Nova Lacerda; Projeto de Resolução nº 10/2021, de Porto Alegre do Norte; Projeto de Resolução nº 11/2021, de Confresa. Todos com pareceres favoráveis da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que os aprovam permaneçam como estão. Aprovados. Vão ao Expediente.

Não havendo mais nada para ser votado e devido ao tempo do prazo, eu declaro...

Deixa para a próxima.

Eu declaro esta Sessão...

#### EXPLICAÇÃO PESSOAL

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Alguém quer usar da Explicação Pessoal?

Deputado Dr. Eugênio.

O SR. DEPUTADO DR. EUGÊNIO - Muito bom dia, Presidente Eduardo Botelho.

Hoje, primeira Sessão depois da instalação da composição da nova Mesa Diretora.

Quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentar e desejar bom trabalho no novo biênio.

Muito boa tarde ao nosso Vale do Araguaia.

Nós tivemos... No último dia 18 de janeiro, fomos surpreendidos com uma medida do governador do Estado, Mauro Mendes, determinando, por meio da SEPLAG, a abertura da consulta pública para que pudéssemos, então, ver a opinião dos mato-grossenses acerca do novo zoneamento socioeconômico e ecológico do Estado de Mato Grosso.

E a surpresa foi muito grande, porque, dentro dessa consulta pública que foi colocada para que os mato-grossenses pudessem opinar, a dificuldade de acesso a essa consulta pública, cerceando os mato-grossenses a fazerem sua opinião acerca desse novo zoneamento e esse novo zoneamento traz um prejuízo a todo o Estado de Mato Grosso.

Mas existem duas regiões do Estado de Mato Grosso que eles querem simplesmente tirar do mapa, Presidente Botelho, que é a região do Vale do Guaporé e a região do Vale do Araguaia. As duas regiões, coincidentemente, mais esquecidas durante os governos passados, que vivem um momento de desenvolvimento, e aqui eu falo pelo meu Vale do Araguaia, um momento ímpar de desenvolvimento, com a produção agrícola, com a pecuária, com a chegada de novos modais de transporte, e simplesmente querem fazer com que uma área - pasmem, Srs. Deputados! - de 4,6 milhões hectares deixe de produzir.

Simplesmente querem que 17 municípios do Estado de Mato Grosso, 17 municípios da região do Vale do Araguaia não possam tecnificar sua agricultura, sua pecuária e viverem na idade da pedra naquela região. Tudo isso vindo na contramão do desenvolvimento daquela região.

São as 17 cidades em que querem criar um corredor ecológico aos interesses. Eu não sei de quem, na verdade, supomos quem são os verdadeiros interessados em criar esses corredores ecológicos, fazendo com que deixemos de desenvolver - e olha que nós somos a última fronteira agrícola do Estado de Mato Grosso.

Os municípios de Araguaiana, Xavantina, Nova Nazaré, Cocalinho, Canarana, Ribeirão Cascalheira, Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia, Novo Santo Antônio, São Félix do Araguaia, Porto Alegre do Norte, Confresa e Santa Terezinha simplesmente estão proibidos de se desenvolver, se esse novo zoneamento ecológico for aprovado.

E pelo novo código florestal, Presidente Botelho, nós já temos, pelo código florestal, 35% das nossas reservas já deverão ser mantidas para que nada ali possa ser produzido e, dessa forma, também contribuirmos com a preservação ecológica.

O Vale do Araguaia quer produzir com responsabilidade social, com responsabilidade ambiental, mas nós não podemos, e a Assembleia Legislativa, onde esse projeto do zoneamento irá passar, não pode convalidar simplesmente um projeto que vem destruir essas duas regiões, o Vale do Guaporé e a região do Vale do Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos.

O SR. DR. EUGÊNIO - Esse é um tema, Presidente Botelho, que se der a tarde inteira, nós vamos debater aqui com a Casa - e vai ter a oportunidade de nós fazermos isso -, porque simplesmente querem fazer com que essas duas regiões, onde nós já produzimos, só no Vale do Araguaia, mais de 2,3 milhões de hectares plantados, mais de 5 milhões de hectares em pastagens, e ainda somos a única região com terras ainda, não precisamos derrubar nenhuma árvore para plantar, somente com as pastagens degradadas ainda podemos desenvolver, e somos a única região ainda com potencial de crescimento agrícola e pecuária.

Então, Srs. Deputados, esse é o primeiro desafio que nós fazemos.

Eu convoco vocês que estão no aquário, vocês que são da imprensa, convido vocês para virem para esse debate junto conosco.

A imprensa da Capital esquece essas regiões, essas regiões que são tão importantes para o PIB mato-grossense. Raramente vemos falar dessas questões pela imprensa da Capital mato-grossense e vocês têm um papel fundamental para a conscientização de todo o Estado de Mato Grosso, por essa maldade que estão querendo fazer com a região do Araguaia e com a região do Vale do Guaporé.

E nós iremos defender, Presidente Botelho, em tempo integral, para não deixarmos acontecer que essa região seja sepultada do mapa, essa região que está agora, volto a frisar, em franco desenvolvimento com a chegada da ferrovia de integração do centro-oeste na cidade de Água Boa, interligando a malha ferroviária da norte/sul, ligando Mara Rosa, em Goiás, até Água Boa.

Em julho agora começam as obras. Era para começar em abril, mas ontem o ministro Tarcísio definiu que as obras começarão em julho.

Então, a Assembleia Legislativa tem esse papel fundamental na defesa, não só do Araguaia e do Guaporé, mas na defesa de Mato Grosso, impedindo que esse zoneamento, como a SEPLAG quer colocar, seja aprovado nesta Casa de Leis, que realmente representa o povo mato-grossense.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*, Deputado Dr. Eugênio.

Pode contar conosco, Deputado, com todos nós, porque todos os Deputados estão sensíveis a isso e estão prontos para discutir e estar junto com o senhor.

Quero dizer para o Deputado Lúdio Cabral e para os Deputados aqui que encampam a bandeira desse projeto, que não estou confortável com a situação e eu acho que todos os Deputados aqui não estão confortáveis com a situação em que estão os aposentados, especialmente essa categoria que ganha até 6 mil reais. Ninguém aqui está, vamos dizer assim, tranquilo, confortável e com a consciência tranquila. Nós não estamos. Nós temos que procurar agora uma situação com o governo para encontrarmos um projeto que alivie o sofrimento dessas pessoas.

Realmente esse desconto não é justo e nós precisamos fazer algo mais justo para diminuir o sofrimento dessas pessoas que estão aposentadas, que ganham pouco e passaram a pagar muito.

Então, nós temos essa missão, Deputados, todos estamos imbuídos em procurarmos uma solução junto ao governo, para que venha do governo, para que apresente essa proposta e seja uma proposta que vai dar realmente resultado, ser eficaz para esses aposentados que estão passando por esse momento realmente ruim.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2020, ÀS 11H23MIN.

---

Nós não podemos dormir com a consciência tranquila porque essas pessoas estão realmente passando muita necessidade e está fazendo muita falta para eles, Dr. Eugênio, isso. O senhor é um dos que têm consciência disso. Então, vamos buscar um caminho legal, justo e possível.

Quero encerrar, Deputado Lúdio Cabral, parabenizando o senhor pela luta, o senhor que lutou. A luta não acabou. Nós continuamos e vamos buscar o caminho para concretizar algo de real para os servidores aposentados.

Encerro esta Sessão, convocando para a próxima Sessão Ordinária para a segunda-feira, tendo em vista que terça-feira foi mantido o feriado e os pontos facultativos foram suspensos. Segunda-feira vamos trabalhar normal. Então, vamos fazer a Sessão na segunda-feira, às 9h.

Declaro encerrada esta sessão.

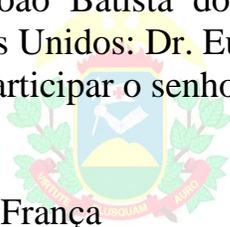
Participaram desta Sessão os seguintes senhores Deputados:

Bloco Assembleia Forte: Dilmar Dal Bosco, Dr. João, Eduardo Botelho, Sebastião Rezende, Paulo Araújo, Dr. Gimenez, Nininho, Xuxu Dal Molin, Silvio Fávero, Ulysses Moraes, Thiago Silva, Wilson Santos e Carlos Avallone. Bloco Resistência Democrática: Valdir Barranco, Janaina Riva, Elizeu Nascimento, Professor Allan Kardec, João Batista do Sindspen, Delegado Claudinei e Lúdio Cabral. Bloco Parlamentares Unidos: Dr. Eugênio, Max Russi e Faissal.

Deixou de participar o senhor Deputado Valmir Moretto.

Secretaria de Serviços Legislativos

Revisão: Rosivania Ribeiro França



Assembleia Legislativa